

FATO RELEVANTE

Após o encerramento dos trabalhos de balanço do exercício de 2015, a CABEC recebeu correspondência do Banco Bradesco S.A., Patrocinador do Plano BD, solicitando, formalmente, a retirada de Patrocínio do Plano em questão, com início do processo a partir de 21/03/2016, nos termos dos Arts. 25 e 33, inciso III, da Lei Complementar 109/2001, do disposto no Art. 6º, inciso I, da Resolução CNPC nº 11/2013, bem como da Cláusula Décima do Convênio de Adesão.

Esclarece a correspondência acima mencionada, que essa solicitação se deve à necessidade de equalizar os benefícios disponíveis aos empregados da Organização Bradesco, por meio da Bradesco Vida e Previdência S.A., entidade aberta de previdência complementar.

Cabe registrar que, consoante os termos de reuniões realizadas nos dias 16 e 17 de março/2016 entre representantes do Banco Bradesco e os Órgãos Estatutários da CABEC, contando com a presença de membros da Diretoria da AFABEC - Associação dos Funcionários Aposentados do BEC, especialmente convidados, essa retirada de patrocínio será efetuada como forma de também se resolver o problema dos sucessivos e crescentes déficits técnicos atuariais por que vem passando o Plano em questão, desde o exercício de 2013.

Fortaleza (CE), 22 de março de 2016.

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Segurança

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente



RELATÓRIO ANUAL
2015



CABEC
CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC

RELATÓRIO ANUAL DOS ATOS E DAS CONTAS DA
DIRETORIA EXECUTIVA

EXERCÍCIO 2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
DESTAQUES	9
CENÁRIO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO	11
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	12
1. PARTICIPANTES	12
1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD	12
1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO	12
2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS	13
2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS)	13
2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS)	13
2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS x DESPESAS PREVIDENCIAIS	13
3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	14
3.1. INVESTIMENTOS	14
3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	14
3.3. RENDA FIXA	15
3.4. RENDA VARIÁVEL	15
3.5. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15
3.6. INVESTIMENTO NO EXTERIOR	15
3.7. IMÓVEIS	15
3.8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15
4. ASPECTOS ATUARIAIS	16
4.1. PREMISSAS ATUARIAIS	16
4.2. ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL À RENTABILIDADE PROJETADA PELA ENTIDADE	16
4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2015	16
4.4. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO	16
5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	17
6. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	18
7. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	25
7.1. PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD	25
7.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	27
8. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA	27
9. SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD	28
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	30
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS	31
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL (PLANO BD)	32
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL (PLANO BD)	33
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADA)	34
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT (PLANO BD)	35
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
1. CONTEXTO OPERACIONAL	36
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	37
4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS	39
5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	46
6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS	47
7. FUNDOS	47
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	48
PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2015	49
RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES	51
MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	53
PARECER DO CONSELHO FISCAL	54
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	55
PATROCINADORES	56

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC, atendendo às disposições legais e estatutárias, apresenta aos Participantes e Assistidos o Relatório Anual dos Atos e das Contas da Diretoria Executiva, relativo ao exercício de 2015.

Dessa forma, você está recebendo o Relatório de Atividades (prestação de contas da Diretoria); o Balanço Patrimonial Consolidado; a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada); a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidada); a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (Plano BD); a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano BD); a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD); as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, consolidadas; o Parecer do Atuário; o Parecer dos Auditores Independentes; o Parecer do Conselho Fiscal; a Manifestac o da Diretoria Executiva; e a Manifestac o do Conselho Deliberativo com a aprovação das Demonstrac es Contábeis, tudo relacionado ao Plano de Benefícios Definido – Plano BD,  nico plano de benefícios previdencial complementar administrado pela Entidade.

Adicionalmente, você está recebendo, ainda, os Resumos das Políticas de Investimentos do Plano BD e do Plano de Gestão Administrativa - PGA para o período de 2016 a 2020, os Demonstrativos de Investimentos – DI, a Rentabilidade Bruta e Líquida dos respectivos planos e a Segregação das Despesas do Plano BD.

DESTAQUES

O presente Relatório aborda o desempenho e principais realizações no exercício de 2015, destacando-se os seguintes fatos relevantes:

MARÇO

- » Após estudo apresentado pelo Atuário responsável pelo Plano BD, ficou mantido, para o exercício de 2015, o custeio do Plano BD, administrado pela CABEC, que estabelece, anualmente, o nível de contribuição necessária à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas.

ABRIL

- » Decide o Conselho Deliberativo, a partir de proposta apresentada pela Diretoria Executiva, enviar os extratos de pagamentos por meio de correio eletrônico, objetivando reduzir as despesas administrativas, envolvendo correios, papel, aluguel de impressora, além das horas do funcionário no preparo desse serviço.

JUNHO

- » Comunicado pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 051/2015/ERPE/PREVIC, de 12/06/2015, o encerramento do Relatório de Fiscalização nº 09/2013/ERPE/PREVIC, relativo ao período de julho/2008 a junho/2013.

JULHO

- » Realizada com o Banco Bradesco S.A., Patrocinador do Plano BD, reunião com a participação de membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Atuário responsável pelo Plano BD, na Cidade de Deus, Osasco-SP. Na ocasião, foi discutida a atual situação do Plano BD, quando a CABEC teve a oportunidade de explanar os motivos causadores do Déficit atuarial, reiterando que o Patrocinador assumisse na integralidade o equacionamento do referido déficit. Após debates sobre o assunto, que duraram cerca de 1 (uma) hora, aquele Patrocinador deu ciência aos presentes que estava em curso processo para contratação de empresa especializada para realizar auditoria no passivo atuarial do Plano BD.

AGOSTO

- » Aprovadas, pelo Conselho Deliberativo, as alterações promovidas pela Diretoria Executiva no Convênio de Adesão ao Plano BD, com a própria CABEC, com o objetivo de noticiar a saída do antigo Patrocinador Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e a entrada do novo Patrocinador Banco Bradesco S.A. Referido documento foi enviado à PREVIC para fins de análise e posterior aprovação.

SETEMBRO

- » Aprovada pelo Conselho Deliberativo, a partir de estudos apresentados pela Diretoria Executiva a rescisão do Convênio existente entre a CABEC e o INSS que possibilitava o adiantamento no dia 20 de cada mês do benefício daquele Instituto para 363 assistidos.

OUTUBRO

- » Realizados treinamentos ministrados pelos consultores externos das Áreas Atuarial e Financeira, que contaram com presença de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e dos empregados das respectivas áreas da CABEC.
- » Contratada pelo Patrocinador, a empresa de Consultoria Towers Watson para realizar auditoria no passivo atuarial do Plano BD.

NOVEMBRO

- » Efetuada pelo consultor financeiro da CABEC palestra sobre as Políticas de Investimentos dos Planos BD e da Gestão Administrativa - PGA, visando permitir melhor compreensão e embasamento por parte dos membros do Conselho Deliberativo para analisar os documentos relativos a essas políticas.
- » Recebido, pela Diretora Superintendente da CABEC, o Ofício nº 343/2015 do Ministério Público do Estado do Ceará, datado de 05/11/2015, que convoca aquela Diretora, a comparecer àquele Ministério em audiência para tratar da “possibilidade de rescisão do convênio entre a CABEC e o INSS”, em face de denúncia formulada pela AFABEC.

DEZEMBRO

- » Aprovada pelo Conselho Deliberativo a Revisão das Políticas de Investimentos dos Planos BD e Gestão Administrativa - PGA para o período de 2016 a 2020.
- » Aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho Deliberativo as Hipóteses Biométricas, Demográficas, Financeiras e Econômicas a serem empregadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2015.
- » Editada pela PREVIC a Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, que estabelece metodologia de cálculo para se encontrar o limite de déficit técnico permitido aos Planos de Previdência Privada e adota novo prazo para o fluxo de pagamento do déficit técnico atuarial remanescente. No caso do equacionamento do déficit técnico atuarial da CABEC, vide item “4.4. - Equacionamento do Déficit Técnico” deste Relatório.
- » Editada a Portaria PREVIC nº 699 de 22/12/2015 que, em caráter excepcional, prorroga o prazo para elaboração e aprovação do plano de equacionamento do déficit referente ao exercício de 2014 para até 31/03/2016. Dessa forma, o Plano de Equacionamento do déficit técnico atuarial referente ao exercício de 2014 será aprovado pelo Conselho Deliberativo até o final do primeiro trimestre de 2016.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio recebido do Patrocinador e da valiosa colaboração dos empregados da CABEC que, com zelo e dedicação, nos ajudaram na condução dos negócios da Entidade ao longo do ano.

CENÁRIO ECONÔMICO E COMPORTAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO

No ano de 2015, o objetivo da política econômica era colocar a casa em ordem, corrigindo os desequilíbrios gerados por uma política que privilegiou o consumo, estimulado pela expansão do crédito oficial e incentivos fiscais. O ano de 2015 seria de ajustes: realinhar preços atrasados, reduzir as intervenções sobre o câmbio e, principalmente, recuperar o esforço fiscal, levando a resultados positivos que estabilizassem a dívida pública.

Ainda que a política econômica traçada estivesse na direção correta, a crescente perda de credibilidade do governo e a corrosão do apoio político no Congresso impediram que as medidas fiscais propostas fossem adiante, resultando em deterioração progressiva das contas públicas. A perspectiva de déficits fiscais crescentes, alimentando a expansão do endividamento público, elevou a percepção de risco da economia brasileira, tornando o real uma das moedas mais depreciadas do mundo em 2015. Em setembro, o reconhecimento por parte do governo da impossibilidade de promover qualquer ajuste positivo nas contas fiscais levou a agência de risco Standard & Poor's a rebaixar a nota de crédito do Brasil, levando à perda do grau de investimento.

Neste contexto, aprofundou-se a crise de confiança na economia, paralisando os investimentos, derrubando o consumo e elevando o desemprego, em meio a uma inflação em alta, alimentada por um choque de custos decorrente do realinhamento dos preços administrados e da depreciação cambial.

Cenário 2016

Não há nenhum sinal ou movimentação nos campos político e econômico que permita acreditar que 2016 não tenha o mesmo destino de 2015. O impasse político permanece, impedindo o andamento de uma agenda de reformas vitais para destravar os negócios e devolver a confiança aos agentes e a retomada do crescimento.

A recessão herdada de 2015 deve prosseguir. A crise de confiança que tomou conta de empresários e consumidores não dá sinais de reversão. As pesquisas efetuadas junto a indústria, comércio e serviços permanecem apontando níveis recordes de baixa em suas séries históricas. Os indicadores econômicos não dão sinais de estabilização. A produção industrial continua em queda (-10,8% em outubro vis-à-vis igual mês de 2014), assim como as vendas do comércio (-11,5% na mesma base de comparação). A taxa de desemprego, que se situou em 7,9% em outubro, deve atingir dois dígitos em meados do primeiro semestre de 2016.

O setor externo é um ponto positivo diante do quadro de deterioração econômica atual. Reage a um câmbio mais depreciado, se traduzindo em saldos comerciais crescentes, que ao lado da redução dos gastos com serviços tem resultado em diminuição progressiva do déficit em conta corrente: de US\$ 105 bilhões ao final de 2014, deve recuar para US\$ 60 bilhões em 2015 e US\$ 30 bilhões em 2016. A possibilidade de retomada do crescimento do PIB via avanço das exportações líquidas, no entanto, é limitada, tanto pelo pequeno peso que o setor externo tem sobre o PIB brasileiro como pelo fato de que o avanço do superávit comercial ocorre mais devido ao recuo das importações, por conta da recessão interna, do que pela recuperação firme das exportações.

Apesar do aprofundamento da recessão, ampliando o hiato do produto, a inflação não cede. A economia brasileira vivencia uma inflação de custos e de desancoragem das expectativas. O choque de custos por conta dos preços administrados prosseguirá em 2016. Elevação dos preços da energia elétrica, alta dos preços dos combustíveis, do aumento da CIDE e das tarifas etc. devem colocar o IPCA em 6,5%, conforme nossas projeções.

A taxa Selic encerrou 2015 em 14,25% ao ano, subindo 250 pontos no período. Esse ajuste objetivava impedir que o choque inflacionário decorrente do realinhamento dos preços administrados e da depreciação cambial colocasse em risco o objetivo de trazer a inflação para uma trajetória compatível com o centro da meta inflacionária no ano de 2016. No entanto, a continuidade do realinhamento de preços, os impactos sobre os preços decorrentes das medidas do ajuste fiscal e a inércia dos preços impõem um viés de alta para inflação em 2016, em que pese o aprofundamento da recessão doméstica.

A continuidade da recessão econômica em 2016 deve manter a trajetória de queda das receitas fiscais, que diante do crescimento estrutural das despesas deve resultar em novo déficit fiscal primário no período. Estimamos um déficit de 0,9% do PIB para o resultado primário do setor público consolidado em 2016, que se seguirá a um déficit primário de 1,6% do PIB em 2015. A dívida pública bruta deverá alcançar níveis próximos de 75% do PIB ao final de 2016.

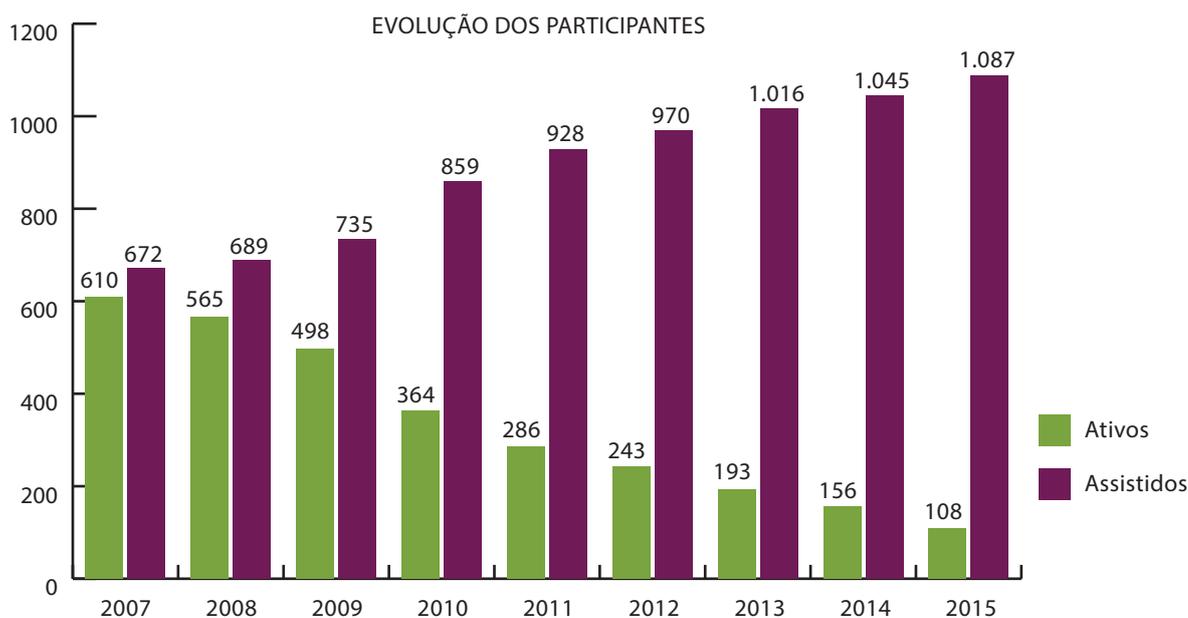
A recessão deve continuar em 2016. Mesmo que a atividade econômica se estabilizasse a partir do final de 2015, a média do PIB de 2016 seria, aproximadamente, 2,0% inferior ao ano anterior. Como os indicadores não permitem acreditar que a economia possa se estabilizar nos patamares do final de 2015, devendo continuar piorando, o PIB em 2016 deve recuar 3,0%, segundo nossas projeções.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. PARTICIPANTES

Ao final do exercício de 2015, a CABEC contava com uma população de 1.195 participantes, entre ativos e assistidos (1.201 em 2014), assim distribuídos: 108 ativos (137 em 2014) e 1.087 assistidos (1.064 em 2014).

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico demonstrativo da evolução dos participantes do Plano BD nos últimos 9 (nove) anos.



1.1. IDADE MÉDIA DOS PARTICIPANTES DO PLANO BD

SITUAÇÃO	MÉDIA IDADE	
	2015	2014
Aposentadoria por Idade	71	71
Aposentadoria Tempo de Contribuição	65	65
Auxílio-Doença	56	54
Invalidez	61	59
Ativo Vinculado	54	54
Autopatrocinado	50	53

1.2. DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES POR SEXO

SITUAÇÃO	2015		2014	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Aposentados	477	501	459	488
Pensionistas (*)	26	94	24	89
Ativos	77	30	102	49
Auxílio-Doença	0	5	0	5

(*) Considerado o número de pensionistas e não o número de pensões. Em 2015 tinham 105 pensões, com 120 pensionistas. (Em 2014, 98 pensões e 113 pensionistas). Cabe esclarecer, que uma pensão poderá resultar em mais de um(a) pensionista.

2. ASPECTOS PREVIDENCIAIS

2.1. ADIÇÕES (RECEITAS PREVIDENCIAIS)

Verificou-se aumento de 8,60% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 8.320 mil (R\$ 7.661 mil em 2014), constituídas da seguinte forma: R\$ 4.001 mil de contribuição dos patrocinadores, R\$ 4.268 mil de contribuição dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, e R\$ 51 mil de outras adições.

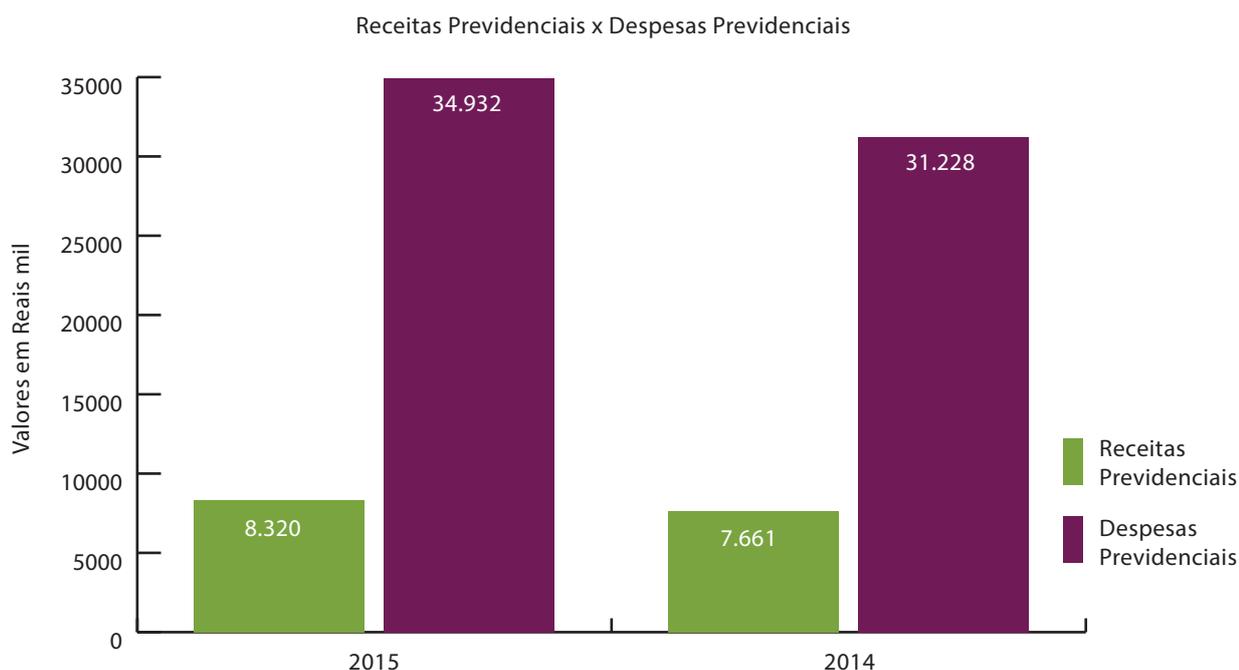
2.2. DEDUÇÕES (DESPESAS PREVIDENCIAIS)

Verificou-se aumento de 11,86% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 34.932 mil (R\$ 31.228 mil, em 2014), sendo R\$ 30.252 mil de complementação de aposentadoria, R\$ 2.650 mil de abono anual, R\$ 1.478 mil de complementação de pensão, R\$ 460 mil de pecúlio por morte, R\$ 42 mil de resgate de poupança, R\$ 32 mil de complementação de auxílio-doença e R\$ 18 mil de outras deduções.

2.3. RECEITAS PREVIDENCIAIS X DESPESAS PREVIDENCIAIS

Observa-se que as receitas previdenciais do Plano BD, ao longo do exercício, totalizaram R\$ 8.320 mil, enquanto que as despesas com o pagamento de benefícios totalizaram R\$ 34.932 mil, apresentando, portanto, resultado negativo de R\$ 26.612 mil, que combinado com o não atingimento da meta atuarial, que sofreu fortemente os efeitos da maior inflação registrada nos últimos 13 (treze) anos, e com a atualização do passivo atuarial, resultou no acréscimo de R\$ 31.653 mil ao déficit apresentado em 2014, fazendo com que o déficit técnico acumulado no final do exercício alcançasse R\$ 90.537 mil.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico comparativo entre as Receitas Previdenciais e Despesas Previdenciais do Plano BD nos últimos dois anos.



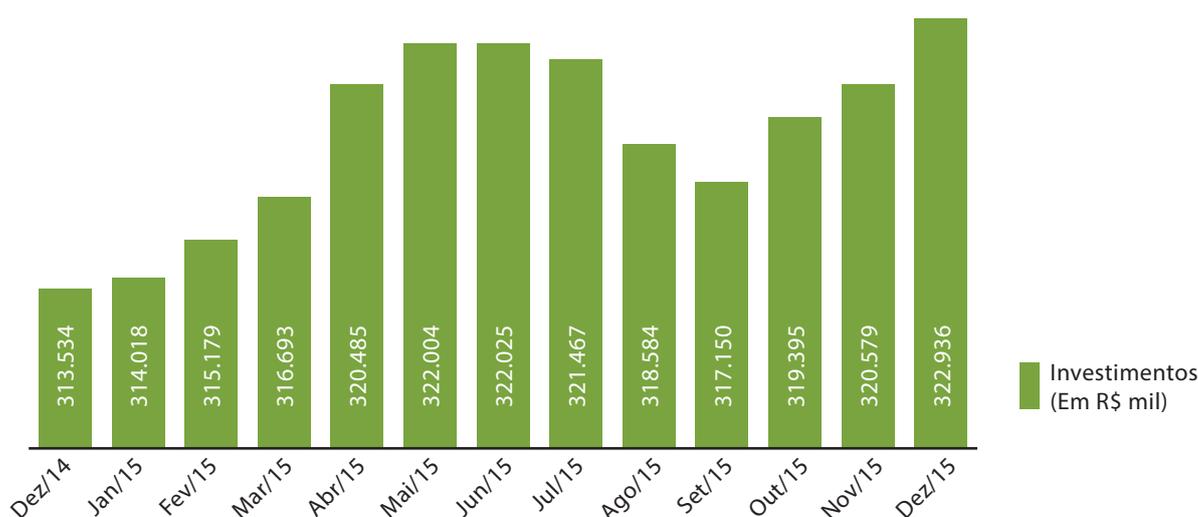
3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

3.1. INVESTIMENTOS

A rentabilidade auferida em 2015 foi de 12,76% (10,62% em 2014). Com esse resultado, o plano atingiu 72,87% da sua meta atuarial (INPC + 5,6% a.a.) que foi de 17,51%. A rentabilidade foi afetada desfavoravelmente pela Renda Variável, cujo desempenho foi de -13,32%. Os demais segmentos performaram positivamente: (1) Renda Fixa, com rentabilidade de 13,69%; (2) Imóveis, que rendeu 15,50%; (3) Empréstimos, que rendeu 21,28% e (4) Investimentos Estruturados, que teve rentabilidade de 15,11%. Destaca-se que a partir de junho de 2015 a CABEC iniciou Investimentos no Exterior, por meio do fundo Bradesco FIC SOWETO, o qual obteve rentabilidade de 21,81% neste período.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico contendo a evolução mensal dos investimentos durante o exercício de 2015.

Evolução dos Investimentos



Observa-se que, não obstante os pagamentos de benefícios efetuados ao longo de 2015, no montante de R\$ 34.932 mil, contra uma arrecadação de apenas R\$ 8.320 mil, resultando em um descaixe de R\$ 26.612 mil, os investimentos cresceram no período R\$ 9.402 mil.

3.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

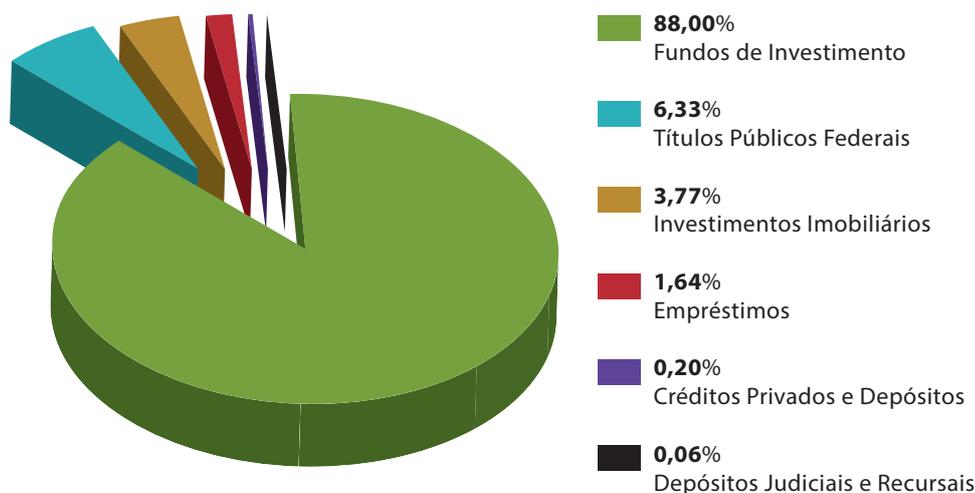
No final do exercício de 2015, os investimentos da CABEC apresentaram a seguinte composição:

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS	VALOR	% DO TOTAL
Fundos de Investimento	284.207	88,00%
Títulos Públicos Federais	20.452	6,33%
Investimentos Imobiliários	12.162	3,77%
Empréstimos	5.285	1,64%
Créditos Privados e Depósitos	649	0,20%
Depósitos Judiciais e Recursais	181	0,06%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	322.936	100,00%

A título de ilustração, apresentamos abaixo o gráfico contendo a composição dos investimentos no encerramento do exercício de 2015.

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS



3.3. RENDA FIXA

No segmento de Renda Fixa, a CABEC obteve em 2015 rentabilidade de 13,69%, resultante de aplicações em Fundos de Investimentos classificados como de Renda Fixa, Multimercado, além dos Fundos de Direitos Creditórios – FIDC's. O valor total das aplicações neste segmento totalizaram R\$ 269.562 mil (R\$ 262.379 mil em 2014). Essas aplicações foram efetuadas em consonância com a Política de Investimentos e a legislação vigente.

3.4. RENDA VARIÁVEL

Neste segmento, a CABEC mantém aplicações em três categorias diversificadas de fundos de Renda Variável (IBX Ativo, Dividendos e de Valor), no montante total de R\$ 10.385 mil (R\$ 18.710 mil em 2014), alocados dentro de fundos Multimercado administrados pela BRAM Asset Management, pela Sul América Investimentos e pelo Banco Fator. A rentabilidade acumulada no exercício de 2015 foi de -13,32%.

3.5. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Neste Segmento, a CABEC mantém alocação em oito fundos multimercados estruturados, por meio do fundo Bozano Outono FIC FIM, com valor total de R\$ 21.859 mil (R\$ 17.716 mil em 2014) e rentabilidade acumulada em 2015 de 15,11%.

3.6. INVESTIMENTO NO EXTERIOR

A CABEC iniciou alocação neste segmento em junho de 2015, por meio do fundo Bradesco SOWETO, sendo o valor total no final do exercício de R\$ 2.254 mil e a rentabilidade acumulada no período de 21,81%.

A custódia dos títulos que lastreiam os investimentos da CABEC encontra-se centralizada no Banco Bradesco S.A., por meio de contrato de prestação de serviços de Custódia Qualificada e de Controladoria.

3.7. IMÓVEIS

A Carteira de Imóveis, que importa em R\$ 12.162 mil (R\$ 11.469 mil em 2014), representa 3,77% dos Investimentos. A rentabilidade acumulada no ano foi de 15,50%.

3.8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A carteira de empréstimo a participantes, com 541 contratos ativos, totaliza R\$ 5.285 mil (R\$ 5.220 mil em 2014), representando 1,64% dos Investimentos, com rentabilidade acumulada no ano de 21,28%.

4. ASPECTOS ATUARIAIS

Observa-se na Nota Explicativa 4.6.1, que o passivo atuarial da Entidade é constituído pelas provisões matemáticas – valor que expressa, hoje, os compromissos futuros assumidos com os participantes e assistidos do Plano BD. Esse passivo é reavaliado, anualmente, conforme determina a legislação, e leva em conta além das características da massa de participantes do Plano BD, as hipóteses biométricas, demográficas e econômicas e financeiras.

4.1. PREMISSAS ATUARIAIS

Constituem o conjunto de parâmetros empregados nos cálculos da obrigação atuarial e são definidos após estudo técnico realizado com esta finalidade. O quadro abaixo resume, comparativamente, as premissas empregadas nas reavaliações de 31/12/2015 e 31/12/2014.

PREMISSAS FINANCEIRAS E ATUARIAIS	2015	2014
Taxa Real Anual de Juros	5,6% a.a.	5,6% a.a.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,00%	0,00%
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT – 2000 M, suavizada em 15%	AT – 2000 M, suavizada em 15%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled F	CSO 58
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano	0,975	0,975
Composição da família de pensionistas	Família real	Família real

4.2. ADEQUAÇÃO DA TAXA DE JUROS ATUARIAL À RENTABILIDADE PROJETADA PELA ENTIDADE

A taxa real de juros atuarial empregada na avaliação de 31/12/2015, de 5,6% ao ano, tomou por base as rentabilidades reais dos recursos garantidores do plano de benefícios projetadas pela Área de Investimentos da CABEC, conforme estudo técnico de verificação da convergência da taxa de juros realizado pelo Atuário do Plano.

Considerando as naturais dificuldades de projeção para períodos extensos, notadamente no que diz respeito à incerteza associada ao retorno dos investimentos, taxa de inflação e fluxos atuariais, e que as reavaliações atuariais são procedidas anualmente, na avaliação da aderência da taxa de juros está sendo estimada a taxa média de rentabilidade real das projeções do triênio 2016 a 2018, indicadas no quadro abaixo:

TAXA ANUAL	2016	2017	2018
Rentabilidade Nominal Projetada (1)	11,15%	10,94%	10,98%
INPC Projetado (1)	5,00%	5,00%	5,00%
RENTABILIDADE REAL PROJETADA (1)	5,86%	5,66%	5,70%

Nota: (1) Valores de resultado do estudo técnico de projeção realizado pela empresa de consultoria contratada ADITUS.

4.3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2015

Na avaliação atuarial de 31/12/2015, realizada pelo atuário do Plano, foram quantificadas Provisões Matemáticas de R\$ 408.433 mil, expressando na referida data o valor presente líquido dos benefícios previdenciais futuros dos participantes ativos e assistidos do mencionado plano de benefícios. Confrontando-se as Provisões Matemáticas que representam o Passivo Atuarial do Plano, no valor de R\$ 408.433 mil, com o Ativo Líquido, de R\$ 317.896 mil, que representa o Patrimônio de Cobertura do Plano, restou quantificado déficit técnico acumulado, de R\$ 90.537 mil (R\$ 58.884 mil, em 2014), correspondente a 22,17% do valor das Provisões Matemáticas.

4.4. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT TÉCNICO

Como se sabe, o Plano BD vem apresentando déficit técnico atuarial desde 2013 e pela norma vigente à época, após o segundo ano consecutivo de déficit este deveria ter Plano de Equacionamento aprovado até o final do exercício de 2015.

Entretanto, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em face da situação deficitária vivida pela maioria dos Planos de Benefício Definido, existentes no país, e sensibilizada com essa realidade, houve por bem editar normativos no final de 2015, tais como a Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, combinada com a Portaria PREVIC nº 699, de

22/12/2015, flexibilizando o equacionamento desses déficits atuariais, gerados de um lado pela crise econômica instalada nos países emergentes nos últimos 9 (nove) anos, trazendo em seu bojo grande volatilidade para as aplicações financeiras tanto, no segmento de Renda Fixa como no de Renda Variável e do outro lado, pelo crescimento do Passivo Actuarial que vem absorvendo, ao longo do tempo, alterações da taxa de juros, longevidade da massa de participantes e ganho real de salários verificado por ocasião dos dissídios coletivos, dentre outros. No caso específico da CABEC, há de se incluir também, como causa do déficit atual, a absorção pelo Plano BD, por força do seu Regulamento, do "Fator Previdenciário e do Coeficiente de Proporcionalidade" criados pelo INSS, que se mostraram onerosos ao longo do tempo.

Com efeito, a edição da Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, trouxe novas regras para Equacionamento de Déficit, abolindo a obrigatoriedade de se equacionar 100% do déficit existente, criando fórmula que define o limite para se encontrar o valor permitido para o seu não equacionamento, além de ter elástico o prazo de pagamento do valor do déficit a ser equacionado.

Com relação à CABEC, o déficit técnico que deve ser objeto de Plano de Equacionamento a ser aprovado até o final de março/2016, de acordo com o novo prazo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 699, de 22/12/2015 - até então esse Plano deveria ser aprovado até 31/12/2015 - é aquele apresentado em 31/12/2014.

Para fins de ilustração, apresenta-se abaixo quadro com a apuração do valor líquido do déficit técnico acumulado em 31/12/2014 a ser equacionado (valor histórico), de acordo com os normativos acima mencionados:

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2014
(A) Patrimônio de Cobertura do Plano	308.479
(B) Provisões Matemáticas (BaC+BC)	367.363
(C) = (A-B) Equilíbrio Técnico	(58.884)
(D) Ajuste de Precificação dos Títulos	2.734
(E) Equilíbrio Técnico Ajustado	(56.150)
Limite do Déficit do Plano BD (*)	22.960
Valor Líquido do Déficit Técnico a ser Equacionado (**)	(33.190)

(*) Limite permitido para não equacionamento do Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. (duração do passivo = 10,3 anos)

(**) Prazo para amortização do Plano de Equacionamento = 184 meses.

5. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

A CABEC conta com uma equipe de trabalho constituída de 11 (onze) empregados do quadro próprio (11 em 2014), incluindo 1 (uma) empregada em gozo de licença-saúde e uma empregada exercendo o cargo de diretora estatutária, além de 3 (três) empregados do Banco Bradesco S.A., participantes do Plano BD, cedidos sem ônus para esta Entidade, 2 (dois) dos quais exercendo cargos de diretores estatutários.

Fortaleza (CE), 25 de fevereiro de 2016.

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente

6. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC - Caixa de Previdência Privada BEC			
Aprovada para o exercício de 2016			
Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido - PBD		
Nº da ata de aprovação:	396	Data aprovação pelo Conselho Deliberativo:	29/12/2015
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:	Francisco Luiz Fernandes		
	CPF:	042.833.413-04	
	Cargo:	Diretor Financeiro	
	Segmento:	Plano de Benefícios	
	Período:	01/01/2016 a 31/12/2016	
Tx mínima atuarial (TMA):	Taxa de juros: 5,6% aa		Indexador: INPC
Controle de Riscos:	Risco de Mercado	Comentários: os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.	
	Risco de Liquidez		
	Risco de Contraparte		
	Risco Legal		
	Risco Operacional		
	Outros		
Realiza o apuração de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	SIM		
Observação:	O plano de equacionamento do déficit a ser aprovado até o encerramento do primeiro trimestre de 2016 precede qualquer estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM. Desta forma, a oportunidade e a necessidade de realização do mesmo serão avaliadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo no exercício de 2016, após a implementação do referido plano de equacionamento do déficit.		

ALOCÇÃO DE RECURSOS			
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 À 12/2016			
INVESTIMENTOS	P.I. (PISO)	P.I. (TETO)	ALVO
Segmento Renda Fixa	68,00%	90,00%	81,00%
Segmento Renda Variável	3,00%	8,00%	6,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	3,50%	8,50%	6,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,50%	9,00%	1,50%
Segmento de Imóveis	2,00%	4,50%	4,00%
Segmento Operações com Participantes	1,00%	2,00%	1,50%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:	NÃO		
Utiliza Derivativos:	SIM		
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:	SIM		
Existência de sistemas de controles internos:	SIM		
O plano possui Perfis de Investimentos:	NÃO		

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS						
CENÁRIO	CURTO PRAZO - 2016			MÉDIO PRAZO		LONGO PRAZO
	OTIMISTA	BASE	PESSIMISTA	2017	2018	2019
Probabilidade (%)	35,00	50,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	-2,30	-3,20	-3,80	-1,50	0,90	1,90
IPCA (%)	7,20	7,75	11,40	7,50	6,00	4,50
INPC (%)	7,30	7,80	10,90	7,70	6,10	4,30
IGP-M (%)	9,60	10,20	12,20	8,30	6,80	4,50
SELIC %a.a. (fim do ano)	13,50	13,75	12,00	11,50	10,00	8,50
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	14,04	14,06	13,17	12,56	10,81	9,23
Juros reais (SELIC/IPCA, fim do ano)	5,88	5,57	0,54	3,72	3,77	3,83
IMA-Geral ex-C (%)	8,80	9,50	6,70	7,00	5,00	3,00
IHFA (%)	11,00	9,00	7,50	9,5 a 12,0	9,0 a 11,0	8,0 a 10,0
DBSP/PIB (%)	70,00	71,80	72,50	70,00	69,20	68,10
US\$ /R\$ (fim do ano)	4,26	4,40	4,98	3,80	3,50	3,00
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	28,00	26,00	23,00	21,00	20,00	22,00
Transações Correntes (% PIB)	-3,50	-3,70	-4,20	-3,30	-3,00	-3,60
Ibovespa (%)	-2,00	-8,00	-13,00	-3 a 7	0 a 13	5 a 15

OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2016) são: 35% Otimista, 50% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 8% à 16% para PJ financeiras e de 6% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR			
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	16,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
Observação:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR			
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	15,00%	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTOS			
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

RENTABILIDADE(%) - MÉTODO DE COTIZAÇÃO ADAPTADA				
EMISSOR	2014	1º SEM 2015	2016	NÃO APLICA
Plano	10,6200%	7,3800%	13,83%	
Renda Fixa	12,6400%	7,5900%	14,20%	
Renda Variável	-12,5500%	3,7600%	7,00%	
Investimentos Estruturados	9,4700%	7,0000%	8,70%	
Investimentos no Exterior	---	---	17,23%	
Imóveis	16,8300%	4,4800%	8,09%	
Operações com Participantes	17,9300%	11,1800%	17,92%	
Observação:	A Entidade adotará para 2016, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PBD			

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.

META DE RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS		
SEGMENTOS	INDEXADOR	
	PARTICIPAÇÃO	ÍNDICE / TAXA
Renda Fixa	101,00%	INPC + 5,6% ao ano*
Renda Variável	100,00%	IBrX
Investimentos Estruturados	101,00%	IHFA
Investimentos no Exterior	104,00%	INPC + 5,6% ao ano*
Imóveis	100,00%	INPC + 5,6% ao ano*
Operações com Participantes	115,00%	INPC + 5,6% ao ano*
*Meta Atuarial		

Relatório Resumo - Política de Investimentos - CABEC -Caixa de Previdência Privada BEC		
Aprovada para o exercício de 2016		
Plano de Gestão:	Plano de Gestão Administrativa - PGA	
Nº da ata de aprovação:	396	Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: 29/12/2015
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ:		Francisco Luiz Fernandes
CPF:		042.833.413-04
Cargo:		Diretor Financeiro
Segmento:		Plano de Gestão
Período:		01/01/2016 a 31/12/2016

ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PARTIC	PLANO/SEGMENTO	INDEXADOR	INDEXADORES	TAXA DE JUROS AA
100,00%	Plano de Gestão Administrativa	100,00%	CDI/DI-CETIP	-
Controle de Riscos:	Risco de Mercado	Comentários:	os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.	
	Risco de Liquidez			
	Risco de Contraparte			
	Risco Legal			
	Risco Operacional			
	Outros			
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:			SIM	Dispõe de Manual: SIM
Possui modelo proprietário de risco:			SIM	Dispõe de Manual: NÃO
Realiza estudos de ALM:			NÃO	
Observação:	A CABEC entende que, para plano como o PGA, não se aplica estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM.			

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 À 12/2016

INVESTIMENTOS	P.I. (PISO)	P.I. (TETO)	ALVO
Segmento Renda Fixa	90,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:		NÃO	
Utiliza Derivativos:		SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:		SIM	
Existência de sistemas de controles internos:		SIM	
O plano possui Perfis de Investimentos:		NÃO	

CENÁRIO MACROECONÔMICO, OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS						
CENÁRIO	CURTO PRAZO - 2016			MÉDIO PRAZO		LONGO PRAZO
	OTIMISTA	BASE	PESSIMISTA	2017	2018	2019
Probabilidade (%)	35,00	50,00	15,00	-	-	-
PIB (%)	-2,30	-3,20	-3,80	-1,50	0,90	1,90
IPCA (%)	7,20	7,75	11,40	7,50	6,00	4,50
INPC (%)	7,30	7,80	10,90	7,70	6,10	4,30
IGP-M (%)	9,60	10,20	12,20	8,30	6,80	4,50
SELIC %a.a. (fim do ano)	13,50	13,75	12,00	11,50	10,00	8,50
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	14,04	14,06	13,17	12,56	10,81	9,23
Juros reais (SELIC/ IPCA, fim do ano)	5,88	5,57	0,54	3,72	3,77	3,83
IMA-Geral ex-C (%)	8,80	9,50	6,70	7,00	5,00	3,00
IHFA (%)	11,00	9,00	7,50	9,5 a 12,0	9,0 a 11,0	8,0 a 10,0
DBSP/PIB (%)	70,00	71,80	72,50	70,00	69,20	68,10
US\$ /R\$ (fim do ano)	4,26	4,40	4,98	3,80	3,50	3,00
Saldo B.Comercial (US\$ bi)	28,00	26,00	23,00	21,00	20,00	22,00
Transações Correntes (% PIB)	-3,50	-3,70	-4,20	-3,30	-3,00	-3,60
Ibovespa (%)	-2,00	-8,00	-13,00	-3 a 7	0 a 13	5 a 15

OBSERVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2016) são: 35% Otimista, 50% Base e 15% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 8% à 16% para PJ financeiras e de 6% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

ALOCÇÃO POR EMISSOR

EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	16,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
Observações:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR			
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	15,00%	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	25,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTOS			
EMISSOR	MÍNIMO	MÁXIMO	NÃO APLICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

RENTABILIDADE(%) - MÉTODO DE COTIZAÇÃO ADAPTADA				
EMISSOR	2014	1º SEM 2015	2016	NÃO APLICA
Plano	11,12%	6,18%	14,63%	
Renda Fixa	11,12%	6,18%	14,63%	
Renda Variável	-----	-----	-----	X
Investimentos Estruturados	-----	-----	-----	X
Investimentos no Exterior	-----	-----	-----	X
Imóveis	-----	-----	-----	X
Operações com Participantes	-----	-----	-----	X
Observações:	A Entidade adotará para 2016, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PGA.			

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS	
A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.	

META DE RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS		
SEGMENTOS	INDEXADOR	
	PARTICIPAÇÃO	ÍNDICE / TAXA
Renda Fixa	100,00%	CDI
Renda Variável	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Investimentos Estruturados	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Investimentos no Exterior	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Imóveis	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Operações com Participantes	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	

7. DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

7.1. PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - DI, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, e na Resolução MPS/CNPC nº 2, de 03 de março de 2011.

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDORES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TERCEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓPRIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
DISPONÍVEL	3.114,97	-	-	-		3.114,97	-
INVESTIMENTOS	321.688.272,24	100,03%	284.191.576,77	88,35%		37.496.695,47	11,68%
TÍTULOS PÚBLICOS	20.451.599,08	6,36%	20.451.599,08	6,36%		-	-
NOTAS DO TESOURO NACIONAL NTN-B	20.454.997,06	6,36%	20.454.997,06	6,36%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
VALORES A PAGAR/RECEBER	(3.528,06)	-	(3.528,06)	-	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
TESOURARIA	130,08	-	130,08	-	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
COMPANHIAS ABERTAS - DEBÊNTURE	649.183,00	0,20%	-	-		649.183,00	0,20%
DEBÊNTURE DA CIA VALE DO RIO DOCE	1.196,21	-	-	-		1.196,21	-
DEBÊNTURE DA ELEKTRO	648.057,50	0,20%	-	-		648.057,50	0,20%
VALORES A PAGAR/RECEBER	(70,71)	-	-	-		(70,71)	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	282.959.218,91	87,98%	263.739.977,69	81,99%		19.219.241,22	5,99%
FUNDOS EXCLUSIVOS DE RENDA FIXA	156.569.976,24	48,68%	156.569.976,24	48,68%		-	-
SUL AMÉRICA OCEANO FI RENDA FIXA - BD	156.569.976,24	48,68%	156.569.976,24	48,68%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	-
FUNDO DE AÇÕES	5.011.045,73	1,56%	-	-		5.011.045,73	1,56%
FATOR SINERGIA	2.947.263,91	0,92%	-	-		2.947.263,91	0,92%
SUL AMÉRICA EXPERTISE II	2.064.327,65	0,64%	-	-		2.064.327,65	0,64%
VALORES A PAGAR / RECEBER	(545,83)	-	-	-		(545,83)	-
FUNDOS MULTIMERCADOS	107.170.001,45	33,31%	107.170.001,45	33,31%		-	-
SOWETO FIC FI	70.373.300,67	21,88%	70.373.300,67	21,88%		-	-
FUNDOS DE RENDA FIXA	19.183.733,33	5,96%	19.183.733,33	5,96%		-	-
BRDESCO FIRF IMA-B	19.183.733,33	5,96%	19.183.733,33	5,96%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	4.175.957,02	1,30%	4.175.957,02	1,30%		-	-
FIA INST IBX ATIVO	2.726.358,42	0,85%	2.726.358,42	0,85%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FIA DIVIDENDOS	1.449.598,60	0,45%	1.449.598,60	0,45%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FUNDOS APLIC. QUOTAS FUNDOS INVEST. FINANCEIROS - GERAL	44.777.340,51	13,93%	44.777.340,51	13,93%		-	-
BRDESCO FIM PLUS	44.777.340,51	13,93%	44.777.340,51	13,93%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
FUNDO DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR	2.253.624,34	0,70%	2.253.624,34	0,70%		-	-
BRDESCO FIC MULT EUROPA	2.253.624,34	0,70%	2.253.624,34	0,70%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
VALORES A PAGAR/RECEBER	(17.354,53)	-0,01%	(17.354,53)	-0,01%	BRDESCO ASSET MANAGEMENT DTVM	-	-
BOZANO OUTONO FIC FI	36.796.700,78	11,43%	36.796.700,78	11,43%		-	-
TÍTULO PÚBLICOS	70.440,81	0,02%	70.440,81	0,02%		-	-
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	70.440,81	0,02%	70.440,81	0,02%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS DE RENDA FIXA	9.016.101,18	2,81%	9.016.101,18	2,81%		-	-

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDORES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TERCEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDORES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓPRIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
BEM FI REF DI	48.298,62	0,02%	48.298,62	0,02%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
BOZANO	5.100.991,77	1,59%	5.100.991,77	1,59%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDO BNP INFLAÇÃO FIC FIRF	3.866.810,79	1,20%	3.866.810,79	1,20%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.197.744,99	0,37%	1.197.744,99	0,37%		-	-
BOZANO FUND FIA	1.197.744,99	0,37%	1.197.744,99	0,37%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS APLI. QUOTAS FUNDOS INVEST. FINANCEIROS - GERAL	4.670.170,88	1,45%	4.670.170,88	1,45%		-	-
PLURAL CAPITAL	4.670.170,88	1,45%	4.670.170,88	1,45%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS APLICAÇÕES QUOTAS FUNDOS INVEST. FIN. - ESTRUTURADO	21.859.321,87	6,79%	21.859.321,87	6,79%		-	-
BNY MELLON SPX NIMITZ FEEDER FIC FIM	2.251.906,22	0,70%	2.251.906,22	0,70%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
PLURAL CAP EQ HED 30	4.724.682,99	1,47%	4.724.682,99	1,47%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
BOZANO QUANT FIM	4.475.165,11	1,39%	4.475.165,11	1,39%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDO MVP CAP MCR FIC FIM	1.829.509,34	0,57%	1.829.509,34	0,57%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDO KONDOR LX FIC FIM	4.546.058,67	1,41%	4.546.058,67	1,41%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDO ABSOLUTE HEDGE FIC	4.031.999,54	1,25%	4.031.999,54	1,25%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
VALORES A PAGAR / RECEBER	(18.078,95)	-0,01%	(18.078,95)	-0,01%	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
TESOURARIA	1.000,00	0,00%	1.000,00	-	MERCATTO GESTÃO DE RECURSOS LTDA	-	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE DIREITOS CREDITÓRIOS	14.208.195,49	4,43%	-	-		14.208.195,49	4,43%
MULTISETORIAL ITALIA	1.335.845,88	0,42%	-	-		1.335.845,88	0,42%
POLICARD II	637.941,89	0,20%	-	-		637.941,89	0,20%
FIDC SUL INVEST SN5	6.165.395,51	1,92%	-	-		6.165.395,51	1,92%
VALE SN4	3.056.378,74	0,95%	-	-		3.056.378,74	0,95%
SUL INVEST SN7	3.014.181,09	0,94%	-	-		3.014.181,09	0,94%
VALORES A PAGAR / RECEBER	(1.547,62)	-	-	-		(1.547,62)	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.162.334,71	3,79%	-	-		12.162.334,71	3,79%
USO PRÓPRIO	789.115,24	0,25%	-	-		789.115,24	0,25%
LOCADOS A PATROCINADOR	3.881.725,69	1,21%	-	-		3.881.725,69	1,21%
LOCADOS A TERCEIROS	1.050.372,18	0,33%	-	-		1.050.372,18	0,33%
RENDAS E PARTICIPAÇÕES - SHOPPING CENTER	6.244.957,33	1,94%	-	-		6.244.957,33	1,94%
DIREITOS E ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	196.164,27	0,06%	-	-		196.164,27	0,06%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.285.183,87	1,64%	-	-		5.285.183,87	1,64%
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	180.752,67	0,06%	-	-		180.752,67	0,06%
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	(81.876,42)	-0,03%	-	-		(81.876,42)	-0,03%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	321.609.510,79	100,00%	284.191.576,77	88,35%		37.417.934,02	11,65%

7.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - DI, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, e na Resolução MPS/CNPC nº 2, de 03 de março de 2011.

RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	VALORES EM R\$ (TOTAL)	% RECURSOS GARANTIDO-RES	VALORES EM R\$ (GESTÃO TERCEIRIZADA)	% RECURSOS GARANTIDO-RES	GESTOR	VALORES EM R\$ (GESTÃO PRÓPRIA)	% RECURSOS GARANTIDORES
DISPONÍVEL	1.412,41	0,11%	-	0,00%		1.412,41	0,11%
INVESTIMENTOS	1.247.304,09	99,89%	1.247.304,09	99,89%		-	0,00%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.247.304,09	99,89%	1.247.304,09	99,89%		-	0,00%
FUNDOS EXCLUSIVOS DE RENDA FIXA	1.247.304,09	99,89%	1.247.304,09	99,89%		-	0,00%
SUL AMÉRICA EXCLUSIVE FI REFERENCIADO DI	25.220,35	2,02%	25.220,35	2,02%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	0,00%
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RF CRÉDITO PRIVADO	1.222.083,74	97,87%	1.222.083,74	97,87%	SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DTVM	-	0,00%
CONTINGENCIAL	-	0,00%	-	0,00%		-	0,00%
OUTROS REALIZÁVEIS	-	0,00%	-	0,00%		-	0,00%
EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS	-	0,00%	-	0,00%		-	0,00%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - INVESTIMENTOS	-	0,00%	-	0,00%		-	0,00%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	1.248.716,50	100,00%	1.247.304,09	99,89%		1.412,41	0,11%

8. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

Atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19 de Novembro de 2014.

SEGMENTO	ANO DE 2015					
	ALOCÇÃO (EM R\$)	% DE PART.	DESPESAS COM FUNDOS/ CUSTÓDIA *	OUTROS CUSTOS	RENTABILIDADE LÍQUIDA	RENTABILIDADE BRUTA (ESTIMADA)
Renda Fixa	269.562.307,04	83,85%	776.474,18	-	13,69%	13,97%
Renda Variável	10.384.747,74	3,23%	29.913,26	-	-13,32%	-13,04%
Estruturados	21.859.321,87	6,80%	62.965,77	-	15,11%	15,40%
Invest. Exterior	2.253.624,34	0,70%	6.443,45	-	21,81%	22,10%
Imóveis	12.162.334,71	3,78%	-	-	15,50%	15,50%
Empréstimos	5.285.183,87	1,64%	-	-	21,28%	21,28%
Consolidado	321.507.519,57	100,00%	875.796,67	-	12,76%	13,04%

* As despesas e custos extraídos das carteiras de investimentos, foram rateadas de acordo com a participação de cada segmento.

Rentabilidade Líquida (Fonte relatório Custódia)					Rentabilidade Bruta Estimada (Por veículo de Investimento)				
DATA	CARTEIRA PRÓPRIA	BOZANO OUTONO	BRANDESCO SOWETO	SUL AMÉRICA OCEANO	DATA	CARTEIRA PRÓPRIA	BOZANO OUTONO	BRANDESCO SOWETO	SUL AMÉRICA OCEANO
jan/15	-3,44%	0,72%	0,64%	2,19%	jan/15	-3,43%	0,77%	0,65%	2,08%
fev/15	1,34%	1,25%	1,74%	0,57%	fev/15	1,35%	1,29%	1,75%	0,97%
mar/15	0,84%	1,77%	0,38%	1,44%	mar/15	0,85%	1,83%	0,41%	1,58%
abr/15	1,76%	0,93%	2,31%	2,01%	abr/15	1,77%	0,98%	2,33%	1,85%
mai/15	1,14%	1,10%	0,86%	1,41%	mai/15	1,15%	1,14%	0,88%	1,35%
jun/15	1,13%	0,69%	0,66%	0,66%	jun/15	1,15%	0,74%	0,68%	0,64%
jul/15	1,80%	1,43%	0,41%	0,61%	jul/15	1,82%	1,48%	0,43%	0,65%
ago/15	-0,17%	-0,29%	-0,79%	0,20%	ago/15	-0,16%	-0,24%	-0,77%	0,05%
set/15	-1,02%	1,05%	0,03%	0,19%	set/15	-1,01%	1,10%	0,05%	0,40%
out/15	0,45%	0,58%	1,38%	1,64%	out/15	0,46%	0,62%	1,40%	1,66%
nov/15	0,67%	1,16%	0,98%	1,37%	nov/15	0,68%	1,20%	1,00%	1,33%
dez/15	1,03%	1,00%	0,97%	1,58%	dez/15	1,04%	1,05%	0,99%	1,59%
TOTAL	5,54%	12,00%	9,95%	14,76%	TOTAL	5,67%	12,61%	10,22%	15,09%

9. SEGREGAÇÃO DAS DESPESAS DO PLANO BD

Em R\$ mil

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2015	% TOTAL	2014	% TOTAL	TOTAL
ADMINISTRATIVAS	1.975	100,00%	1.927	100,00%	VAR. %
Administração Previdencial	1.092	55,29%	1.039	53,94%	5,10%
Pessoal e Encargos	469	23,75%	485	25,18%	(3,30%)
Dirigentes	133	6,73%	122	6,34%	9,02%
Pessoal Próprio	328	16,61%	359	18,63%	(8,64%)
Estagiários	8	0,41%	4	0,21%	100,00%
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	0,86%	16	0,81%	6,25%
Empregados	2	0,10%	3	0,15%	(33,33%)
Diretores	8	0,41%	7	0,36%	14,29%
Conselheiros	7	0,35%	6	0,30%	16,67%
Viagens e Estadias	11	0,56%	11	0,59%	0,00%
Serviços de Terceiros	468	23,69%	393	20,40%	19,08%
Pessoas Físicas	38	1,92%	35	1,82%	8,57%
Consultoria	15	0,76%	13	0,68%	15,38%
Auditoria Externa	19	0,96%	18	0,93%	5,56%
Auditoria Atuarial de Benefícios	60	3,04%	-	0,00%	100,00%
Atuário	53	2,68%	49	2,54%	8,16%
Serviços de Informática	135	6,84%	136	7,06%	(0,74%)
Assessoria Jurídica	112	5,67%	105	5,45%	6,67%
Serviços Técnicos	6	0,30%	4	0,21%	50,00%
Seguro de Responsabilidade Civil	13	0,66%	12	0,62%	8,33%
Outras Pessoas Jurídicas	17	0,86%	21	1,09%	(19,05%)
Despesas Gerais	97	4,91%	104	5,40%	(6,73%)
Energia, Água e Telefone	20	1,01%	15	0,78%	33,33%
Impostos, Taxas e Emolumentos	1	0,05%	4	0,21%	(75,00%)
Aluguéis	36	1,82%	35	1,82%	2,86%
Correios	7	0,35%	16	0,83%	(56,25%)
Contribuição p/Associadas	9	0,46%	9	0,47%	0,00%
Outras despesas	24	1,22%	25	1,29%	(4,00%)
Depreciações e Amortizações	11	0,56%	12	0,63%	(8,33%)
Tributos	19	0,96%	18	0,93%	5,56%
Contribuição p/Associadas	18	0,91%	18	0,93%	0,00%
Contribuição p/Associadas	1	0,05%	-	0,00%	100,00%
Administração dos Investimentos	883	44,71%	888	46,06%	(0,56%)
Pessoal e Encargos	364	18,43%	377	19,56%	(3,45%)
Dirigentes	98	4,96%	90	4,69%	8,89%
Pessoal Próprio	251	12,71%	276	14,34%	(9,06%)
Estagiários	15	0,76%	11	0,58%	36,36%
Treinamentos/Congressos e Seminários	17	0,86%	15	0,78%	13,33%

Em R\$ mil

DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	2015	% TOTAL	2014	% TOTAL	TOTAL
ADMINISTRATIVAS	1.975	100,00%	1.927	100,00%	VAR. %
Empregados	3	0,15%	3	0,13%	0,00%
Diretores	8	0,41%	7	0,32%	14,29%
Conselheiros	6	0,30%	5	0,23%	20,00%
Viagens e Estádias	11	0,56%	11	0,57%	0,00%
Serviços de Terceiros	324	16,41%	309	16,03%	4,85%
Pessoas Físicas	38	1,93%	35	1,82%	8,57%
Consultoria	13	0,66%	13	0,67%	0,00%
Auditoria Externa	19	0,96%	18	0,93%	5,56%
Serviços de Informática	85	4,31%	85	4,41%	0,00%
Assessoria Jurídica	6	0,30%	7	0,36%	(14,29%)
Serviços de Análise de Investimentos	127	6,43%	114	5,92%	11,40%
Serviços Técnicos	6	0,30%	4	0,21%	50,00%
Seguro de Responsabilidade Civil	13	0,66%	12	0,62%	8,33%
Outras Pessoas Jurídicas	17	0,86%	21	1,09%	(19,05%)
Despesas Gerais	97	4,91%	104	5,42%	(6,73%)
Energia, Água e Telefone	20	1,01%	15	0,78%	33,33%
Impostos, Taxas e Emolumentos	1	0,05%	4	0,21%	(75,00%)
Aluguéis	36	1,82%	35	1,82%	2,86%
Correios	7	0,35%	16	0,83%	(56,25%)
Contribuição p/Associadas	9	0,46%	9	0,47%	0,00%
Outras Despesas	24	1,22%	25	1,31%	(4,00%)
Tributos	70	3,54%	72	3,70%	(2,78%)
Pis sobre receita	7	0,35%	8	0,39%	(12,50%)
Cofins sobre receita	44	2,23%	46	2,38%	(4,35%)
TAFIC - Taxa Fiscalização Controle Prev. Comp.	18	0,91%	18	0,93%	0,00%
IPTU	1	0,05%	-	0,00%	100,00%
Gestão dos Investimentos	27	100,00%	27	100,00%	0,00%
Impostos, Custódia, Taxas e Emolumentos	27	100,00%	27	100,00%	0,00%

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em R\$ mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
DISPONÍVEL	5	1.077	EXIGÍVEL OPERACIONAL	824	402
			GESTÃO PREVIDENCIAL	583	187
REALIZÁVEL	335.748	325.726	GESTÃO ADMINISTRATIVA	159	137
GESTÃO PREVIDENCIAL	12.723	12.105	INVESTIMENTOS	82	78
GESTÃO ADMINISTRATIVA	89	87			
INVESTIMENTOS	322.936	313.534	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	14.623	14.825
TÍTULOS PÚBLICOS	20.452	0	GESTÃO PREVIDENCIAL	14.621	14.823
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	649	602	GESTÃO ADMINISTRATIVA	2	2
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	284.207	296.062			
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.162	11.469			
EMPRÉSTIMOS	5.285	5.220	PATRIMÔNIO SOCIAL	320.339	311.601
DEPÓSITOS JUDICIAIS/ RECURSAIS	181	181	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	317.896	308.479
			PROVISÕES MATEMÁTICAS	408.433	367.363
			BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	374.472	328.678
PERMANENTE	33	25	BENEFÍCIOS A CONCEDER	33.961	38.685
IMOBILIZADO	33	25			
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(90.537)	(58.884)
			RESULTADOS REALIZADOS	(90.537)	(58.884)
			(-) DEFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(90.537)	(58.884)
			FUNDOS	2.443	3.122
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	1.209	2.088
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.234	1.034
TOTAL DO ATIVO	335.786	326.828	TOTAL DO PASSIVO	335.786	326.828

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO		2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício		311.601	308.501	1,00
1. Adições		46.430	39.206	18,43
(+)	Contribuições Previdenciais	8.320	7.661	8,60
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.814	30.173	22,01
(+)	Receitas Administrativas	883	888	(0,56)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	213	259	(17,76)
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	200	225	(11,11)
2. Destinações		(37.692)	(36.106)	4,39
(-)	Benefícios	(34.932)	(31.228)	11,86
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(785)	(2.951)	(73,40)
(-)	Despesas Administrativas	(1.975)	(1.927)	2,49
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)		8.738	3.100	181,87
(+/-)	Provisões Matemáticas	41.070	23.025	78,37
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(31.653)	(19.370)	63,41
(+/-)	Fundos Administrativos	(879)	(781)	12,55
(+/-)	Fundos dos Investimentos	200	226	(11,50)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)		320.339	311.601	2,80

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DMAL (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO		2015	2014 REPRE- SENTADO	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	308.479	304.824	1,20
	1. Adições	45.134	37.834	19,29
(+)	Contribuições	8.320	7.661	8,60
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.814	30.173	22,01
	2. Destinações	(35.717)	(34.179)	4,50
(-)	Benefícios	(34.932)	(31.228)	11,86
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(785)	(2.951)	(73,40)
	3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.417	3.655	157,65
(+/-)	Provisões Matemáticas	41.070	23.025	78,37
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(31.653)	(19.370)	63,41
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	317.896	308.479	3,05
	C) Fundos não previdenciais	679	556	22,12
(+/-)	Fundos Administrativos	879	781	12,55
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(200)	(225)	(11,11)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DAL (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIÇÃO (%)
1. Ativos	335.625	326.689	2,74
Disponível	4	1.059	(99,62)
Recebível	13.933	14.193	(1,83)
Investimentos	321.688	311.437	3,29
Títulos Públicos	20.452	0	100,00
Créditos Privados e Depósitos	649	602	7,81
Fundos de Investimento	282.959	293.965	(3,74)
Investimentos Imobiliários	12.162	11.469	6,04
Empréstimos e Financiamentos	5.285	5.220	1,25
Depósitos Judiciais / Recursais	181	181	0,00
2. Obrigações	15.286	15.088	1,31
Operacional	665	265	150,94
Contingencial	14.621	14.823	(1,36)
3. Fundos não Previdenciais	2.443	3.122	(21,75)
Fundo Administrativo	1.209	2.088	(42,10)
Fundo dos Investimentos	1.234	1.034	19,34
5. Ativo Líquido (1-2-3)	317.896	308.479	3,05
Provisões Matemáticas	408.433	367.363	11,18
Déficit Técnico	(90.537)	(58.884)	53,75
6. Apuração do Equilíbrio Técnico ajustado	(85.075)	(56.150)	51,51
a) Equilíbrio Técnico	(90.537)	(58.884)	53,75
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5.462	2.734	99,78
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(85.075)	(56.150)	51,51

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DPGA (CONSOLIDADA)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.088	2.869	(27,22)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.096	1.147	(4,45)
1.1. Receitas	1.096	1.147	(4,45)
Custeio Administrativo dos Investimentos	881	886	(0,56)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2	2	0,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	213	259	(17,76)
2. Despesas Administrativas	1.975	1.928	2,44
2.1. Administração Previdencial	1.092	1.040	5,00
Pessoal e encargos	470	486	(3,29)
Treinamentos/congressos e seminários	17	16	6,25
Viagens e estadias	11	11	0,00
Serviços de terceiros	467	393	18,83
Despesas gerais	97	122	(20,49)
Depreciações e amortizações	11	12	(8,33)
Tributos	19	0	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	883	888	(0,56)
Pessoal e encargos	364	377	(3,45)
Treinamentos/congressos e seminários	17	15	13,33
Viagens e estadias	11	11	0,00
Serviços de terceiros	324	309	4,85
Despesas gerais	97	122	(20,49)
Tributos	70	54	29,63
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(879)	(781)	12,55
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(879)	(781)	12,55
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	1.209	2.088	(42,10)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS DPT (PLANO BD)

Em R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	334.416	324.601	3,02
1. Provisões Matemáticas	408.433	367.363	11,18
1.1. Benefícios Concedidos	374.472	328.678	13,93
Benefício Definido	374.472	328.678	13,93
1.2. Benefício a Conceder	33.961	38.685	(12,21)
Benefício Definido	33.961	38.685	(12,21)
2. Equilíbrio Técnico	(90.537)	(58.884)	53,75
2.1. Resultados Realizados	(90.537)	(58.884)	53,75
(-) Déficit técnico acumulado	(90.537)	(58.884)	53,75
3. Fundos	1.234	1.034	19,34
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.234	1.034	19,34
4. Exigível Operacional	665	265	150,94
4.1. Gestão Previdencial	583	187	211,76
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	82	78	5,13
5. Exigível Contingencial	14.621	14.823	(1,36)
5.1. Gestão Previdencial	14.621	14.823	(1,36)

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, é entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em dezembro de 1971 pela Portaria nº 1.678, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, por meio da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional – CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001.

A CABEC é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – Plano BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1979.0019-11. Referida Entidade foi criada pelo seu então patrocinador Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC, em 1971. Atualmente o Plano BD em questão é patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria CABEC.

O objetivo da CABEC, na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, é executar plano privado de benefícios suplementares, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, que abrangem:

- » Complementação de aposentadoria por invalidez;
- » Complementação de aposentadoria por idade;
- » Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- » Complementação de auxílio-doença;
- » Complementação de pensão;
- » Complementação de Abono anual;
- » Complementação de auxílio reclusão; e
- » Pecúlio por morte;

As regras básicas de concessão e cálculo dos benefícios estão previstas no Regulamento do Plano BD, administrado pela Entidade, distribuído a cada participante e publicado no endereço eletrônico www.cabec.com.br.

Os recursos garantidores do Plano BD são originados das contribuições dos patrocinadores e dos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem às disposições da Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pelas Resoluções nos 3.846/2010, 4.275/2013, e 4.449/2015, e à Política de Investimentos.

A CABEC não distribui lucro ou participações pelos resultados obtidos em seus investimentos. A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, por meio da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 29/2009, da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nos 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC no 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nos 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC no 1.329/2011.

A estrutura da planificação contábil padrão reflete o ciclo operacional de longo prazo da atividade de previdência complementar, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 26 (R2), aprovada pela Resolução nº 2014/NBCTG26(R2) do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três Gestões distintas: Previdencial, Assistencial e Administrativa - no caso da CABEC Gestões Previdencial e Administrativa - e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/ VARIÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIÇÕES NEGATIVAS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varições Positivas e Deduções/Varições Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. ATIVO REALIZÁVEL

3.2.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Está representada principalmente por Depósitos Judiciais/Recursais e adiantamentos de valores subjude relacionados a assistidos.

3.2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra: (1) Cobertura das Despesas Administrativas de Investimento; (2) Despesas Antecipadas; (3) Participação no Plano de Gestão Administrativa; e (4) Depósitos Judiciais/Recursais.

3.2.3. INVESTIMENTOS

3.2.3.1. Renda Fixa:

São classificados como renda fixa: os títulos da dívida pública mobiliária Federal; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação (NCE) e Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidos no País; os certificados de recebíveis de emissão de companhias securitizadores e as cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

De acordo com as disposições da Resolução do CGPC nº 4, de 30/01/2002 e suas alterações, a classificação e os critérios de avaliação dos títulos dividem-se em:

- » Títulos para negociação - Registram-se os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e
- » Títulos mantidos até o vencimento - Registram-se os títulos e valores mobiliários, de baixo risco de crédito, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da CABEC de mantê-los em carteira até o vencimento, estando avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, em contrapartida ao resultado do período.

A Resolução CGPC nº 4, acima referida, determina ainda, no seu artigo 8º, a obrigatoriedade da divulgação, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, das informações abaixo elencadas, detalhando os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

- » Montante, natureza e faixa de vencimento;
- » Valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores; e
- » Montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos que levaram à reclassificação, se for o caso.

3.2.3.2. Renda Variável:

Os fundos de ações são contabilizados pela variação das quotas. As ações integrantes desses fundos são avaliadas diariamente pelo valor de mercado com base na cotação de fechamento do último pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465 de 20/02/2008, com as alterações dadas pela Instrução CVM nº 555 de 17/12/2014, e ratificado pela Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31/10/2011.

3.2.3.3. Multimercado:

São Classificados como Estruturado os fundos que possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Além disso, utilizam-se de instrumentos de derivativos para proteção de suas posições. O fundo é contabilizado pela variação das quotas.

3.2.3.4. Investimento no Exterior:

São classificados como Investimentos no Exterior, de acordo como Artigo 21 da Resolução CMN nº 3.792/2009, os ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil; as cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como dívida externa; cotas de fundos de índice do exterior admitidas a negociação em bolsa de valores do Brasil; certificados de depósito de valores mobiliários com lastros em ações de emissão de companhia aberta ou assemelhada com sede no exterior; e as ações de emissão de companhias estrangeiras sediadas no Mercosul. No caso de fundos a contabilização é feita pela variação das quotas.

3.2.3.5. Investimentos Imobiliários:

Estão registrados pelo valor do custo atualizado pela correção monetária até 31/12/1995 e acrescido das reavaliações efetuadas, sendo a última em setembro/2015, exceto a participação da CABEC no empreendimento Shopping Center Penha cuja última reavaliação foi realizada em setembro/2014.

A depreciação dos imóveis é calculada de forma linear e registrada como despesa de investimentos.

A receita com aluguel é reconhecida pelo regime de competência e registrada como receita de investimentos.

3.2.3.6. Operações com Participantes:

Estão registradas pelo valor atualizado dos empréstimos concedidos a participantes e assistidos do Plano BD.

3.2.3.7. Depósitos Judiciais/Recursais:

Estão registrados os depósitos relativos ao IPTU e Imposto de Renda.

3.3. PERMANENTE (IMOBILIZADO)

Os bens que constituem o imobilizado são depreciados pelo método linear em função do tempo de vida útil e de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
Móveis e Utensílios; Máquinas e Equip. de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Refrigeradores de Ar	25%

3.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

É representado pelas obrigações administrativas, previdenciais e de investimentos.

3.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra as provisões constituídas em decorrência de ações judiciais, notadamente àquelas em que o assistido reivindica o enquadramento do seu benefício complementar, com base no denominado Estatuto Primitivo, amparado em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável e cálculo efetuado pela própria CABEC do quantum a ser despendido em cada processo, em caso de condenação definitiva.

3.6. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

É representado pelas provisões matemáticas do Plano BD, as quais correspondem ao seu compromisso atual para com os seus participantes e assistidos, devidamente constituídas em bases técnico-atuariais, sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, acrescido do equilíbrio técnico - déficit acumulado.

3.7. FUNDOS**3.7.1. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Registra os valores relativos ao Fundo Administrativo – PGA e ao Fundo Administrativo de Empréstimo constituídos para garantir a manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial.

3.7.2. FUNDO DOS INVESTIMENTOS

Registra os valores relativos à Reserva de Quitação por Morte para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos em decorrência do falecimento do mutuário.

3.8. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Encontra-se disciplinado no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que estabelece as regras, normas e critérios para a gestão do custo e do custeio da manutenção da máquina administrativa do gerenciamento previdencial, e do custo e do custeio dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas – RGRT, inclusive a manutenção da máquina administrativa para gerenciar os investimentos.

De acordo com o Regulamento em questão, as fontes de Custeio Administrativo destinadas à manutenção das despesas administrativas da Entidade estão assim previstas:

- » Contribuição dos participantes e assistidos;
- » Contribuição dos patrocinadores;
- » Resultados dos investimentos;
- » Receitas administrativas;
- » Fundo administrativo; e
- » Reembolso dos patrocinadores.

Ao longo do exercício de 2015, por decisão do Conselho Deliberativo, a CABEC utilizou, das fontes acima descritas, apenas recursos do fundo administrativo para suprir a manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial.

Tal decisão baseou-se em avaliação efetuada pelo Atuário do Plano BD, que constatou o consistente aumento verificado no saldo do referido fundo nos exercícios de 2008 e 2009, fato que o levou a concluir, em 2010, considerando o histórico das despesas administrativas da gestão previdencial, que se poderia diferir esse saldo em pelo menos 84 meses. Com base nos números apresentados para o orçamento relativo ao exercício de 2016, esse diferimento poderá ser efetuado ainda por mais 14 meses.

Com essa decisão, 100% (cem por cento) das contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores foram utilizadas em benefício do próprio Plano BD. Cabe destacar que, de acordo com o Regulamento do PGA, o custeio da manutenção da máquina administrativa da gestão previdencial, e das despesas administrativas dos investimentos observa o limite de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) do montante equivalente aos recursos garantidores do Plano de Benefícios no último dia do exercício a que se referir.

3.9. GESTÃO PREVIDENCIAL

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, bem como do resultado do Plano de Benefícios Definido - Plano BD de natureza previdencial.

3.10. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Atividade de registro e de controle inerentes à administração do Plano de Benefícios - Plano BD.

As despesas administrativas são registradas diretamente nas rubricas da Gestão Previdencial e de Investimentos.

O rateio das despesas administrativas entre Investimentos a Gestão Previdencial e Investimentos leva em consideração a alocação de pessoal e encargos, treinamentos/congressos e seminários, viagens e estadias, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e despesas gerais nas respectivas atividades.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial são custeadas pelo fundo administrativo. As despesas administrativas dos Investimentos são cobradas do Fluxo dos Investimentos.

3.11. FLUXO DOS INVESTIMENTOS

Registro e controle referentes às aplicações dos recursos do Plano de Benefícios Definido - Plano BD.

4. ABERTURA DOS PRINCIPAIS TÍTULOS CONTÁBEIS

4.1. DISPONÍVEL

O valor de R\$ 5 mil (R\$ 1.077 mil em 2014) representa o saldo em conta corrente bancária. A diminuição verificada no saldo do disponível ao final do exercício de 2015, quando comparado ao exercício anterior, deve-se, principalmente, à transferência do valor bloqueado pela justiça no montante de R\$ 1.056 mil, inicialmente depositado em conta de depósito à vista, para a adequada conta de depósito judicial, em conformidade com decisão judicial que determinou ao Banco depositário desse valor a transferência em questão.

4.2. REALIZÁVEL

4.2.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2015	2014
Recursos a Receber	189	18
Adiantamentos	1.214	1.030
Aposentadoria/Pensão Incorporação Processo Judicial	1.214	1.030
Depósitos Judiciais/Recursais	11.246	10.166
Outros Realizáveis	74	891
- Benefício em Manutenção (Adiantamento INSS)	0	891
- Valores a Receber	74	0
TOTAL	12.723	12.105

O aumento verificado na rubrica Depósitos Judiciais/Recursais deve-se a novos depósitos efetuados por determinação judicial, os quais se encontram devidamente provisionados. O aumento verificado na rubrica Recursos a Receber refere-se a contribuições a receber sobre a provisão para pagamento de benefícios pretéritos relativos ao período de 2006 a 2015 oriundas de decisão judicial. A diminuição verificada na rubrica Outros Realizáveis deve-se a rescisão do convênio entre a CABEC e o INSS, que permitia à Entidade adiantar mensalmente aos assistidos conveniados o benefício daquela autarquia.

4.2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2015	2014
Despesas Antecipadas	11	10
Pessoal e Encargos	9	8
Despesas Gerais	2	2
Depósitos Judiciais / Recursais	2	2
Cobertura Despesas Administrativas	76	75
Custeio Administrativo	76	75
TOTAL	89	87

4.2.3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2015	2014
TITULOS PUBLICOS	20.452	0
Títulos Públicos Federais	20.452	0
CREDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	649	602
Debêntures de Companhias Abertas	649	602
FUNDOS DE INVESTIMENTO	284.207	296.062
Renda Fixa	157.818	155.533
Plano BD	156.571	153.436
PGA	1.247	2.097
Ações	5.011	6.719

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2015	2014
Multimercado	107.170	120.332
Direitos Creditórios (FIDCs)	14.208	13.478
TOTAL	305.308	296.664

O valor registrado em Títulos Públicos refere-se à aplicação em NTN'B, realizada a partir da transferência de recursos aplicados em Fundo de Investimento Multimercado, de acordo com estratégia traçada pelo gestor do referido Fundo.

Em R\$ mil

CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA POR FAIXA DE VENCIMENTO, NATUREZA E MONTANTE				
Faixas de Vencimento Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2015		2014	
	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Para negociação	Mantidos até o vencimento
Até 60 dias	678	0	792	0
De 61 a 180 dias	566	0	1.759	0
De 181 a 360 dias	3.183	0	0	10.755
Acima de 360 dias	30.841	140.600	43.619	95.456
Total	35.268	140.600	46.170	106.211

O aumento verificado nos papéis mantidos até o vencimento foi decorrente da aquisição de NTN'B's, com taxas superiores à meta atuarial, combinado com os rendimentos auferidos no período. Exclui-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

Em R\$ mil

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MERCADO X TIPO				
Faixas de Vencimento Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2015		2014	
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado
Títulos Públicos Federais				
Letra Financeira do Tesouro – LFT	0	0	6.404	6.557
Letra do Tesouro Nacional – LTN	0	0	780	784
Notas do Tesouro Nacional - NTN-over	678	678	792	792
Nota do Tesouro Nacional série B - NTNB	29.634	28.188	29.634	28.182
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
Debêntures	3.082	2.804	6.580	6.271
Letras Financeiras	3.403	3.598	3.403	3.584
Total	36.797	35.268	47.593	46.170

Exclui-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

Em R\$ mil

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO CLASSIFICAÇÃO POR VALORES DE AQUISIÇÃO E DE MARCAÇÃO PELA CURVA X TIPO				
Faixas de Vencimento - Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa	2015		2014	
	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva	Custo de aquisição	Valor marcado pela curva
Títulos Públicos Federais				
Nota do Tesouro Nacional série B - NTN-B	112.422	128.335	80.879	86.804
Títulos Privados com baixo risco de crédito				
Debêntures	3.617	4.191	4.622	4.197
CDB	0	0	5.000	10.305
DPGE	2.335	2.427	0	0
Letra Financeira	4.769	5.647	4.769	4.905
Total	123.143	140.600	95.270	106.211

O aumento verificado nos papéis mantidos até o vencimento foi decorrente da aquisição de NTN-B's, com taxas superiores à meta atuarial, combinado com os rendimentos auferidos no período. Exclui-se dessa classificação os títulos que compõem o Fundo Multimercado, por manterem aplicações em fundos abertos, Ações, Direitos Creditórios (FIDCs), além do lastro referente ao PGA.

A CABEC, em atenção ao Art. 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30.01.2002, declara a sua intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

4.2.4. TÍTULOS OBJETO DOS AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

O quadro abaixo se refere ao controle do ajuste de precificação, que será deduzido, para fins de equacionamento de déficit atuarial, em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014 e com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015.

Em R\$ mil

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	5,748356	15/08/2018	1.754	4.975	4.991	16
NTN-B	7,100010	15/08/2018	4.300	11.829	12.236	407
NTN-B	6,517195	15/08/2018	7.300	20.348	20.773	425
NTN-B	5,098994	15/08/2020	2.300	6.713	6.586	(127)
NTN-B	5,550722	15/08/2022	350	1.011	1.008	(3)
NTN-B	6,852681	15/08/2022	2.600	7.025	7.489	464
NTN-B	6,730026	15/08/2022	370	1.006	1.066	60
NTN-B	5,648530	15/08/2030	2.500	7.294	7.327	33
NTN-B	6,492549	15/08/2030	600	1.620	1.759	139
NTN-B	6,492549	15/08/2030	188	508	551	43
NTN-B	6,513073	15/08/2030	600	1.617	1.759	142
NTN-B	5,658813	15/08/2040	2.500	7.367	7.422	55
NTN-B	6,338312	15/08/2040	4.600	12.476	13.656	1.180
NTN-B	6,576686	15/08/2050	1.300	3.398	3.889	491
NTN-B	6,340281	15/08/2050	7.280	19.640	21.777	2.137
TOTAL				106.827	112.289	5.462

4.2.5. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2015	2014
Edificações de Uso Próprio	789	659
Edificações Locadas a Patrocinador	3.882	0
Edificações Locadas a Terceiros	1.050	4.383
Participações em Shopping Center	6.245	6.231
Imóveis Alienados	196	196
TOTAL	12.162	11.469

No quadro acima, observa-se que em 2015 houve diminuição na rubrica Edificações Locadas a Terceiros, com o consequente aumento na rubrica Edificações Locadas a Patrocinador. Isso se explica pelo fato da mudança de patrocinador do Plano BD, com a saída de Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. para Banco Bradesco S.A., locador da maioria dos imóveis em 2014 e 2015. O acréscimo verificado nos Investimentos Imobiliários, como um todo, foi decorrente de reavaliação dos imóveis, ocorrida em 2015.

4.2.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Em R\$ mil

EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTES	2015	2014
Participantes Ativos / Assistidos	5.285	5.220
TOTAL	5.285	5.220

4.2.7. DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Em R\$ mil

DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	2015	2014
Depósito Judicial IPTU	137	137
Depósito Judicial IR	44	44
TOTAL	181	181

4.3. PERMANENTE

Em R\$ mil

IMOBILIZADO	2015	2014
Móveis e Utensílios	2	3
Máquinas e Equipamentos	7	9
Computadores e Periféricos	24	13
TOTAL	33	25

O aumento verificado na rubrica Computadores e Periféricos deve-se a aquisição de novos equipamentos da espécie.

4.4. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Em R\$ mil

GESTÃO PREVIDENCIAL	2015	2014
Aposentadorias	45	11
Pensões	17	14
Valores a Pagar	301	12
Retenções a Recolher	199	131
IRRF sobre Folha Aposentadoria	195	129
IRRF sobre Folha Pensões	4	2
Outras Exigibilidades	21	19
Seguro Bradesco	17	16
Regularização de Contribuições Patronal	4	3
TOTAL	583	187

O aumento verificado na rubrica Valores a Pagar refere-se à provisão para fazer face a pagamento de benefícios pretéritos relativos ao período de 2006 a 2015 oriundos de decisão judicial.

Em R\$ mil

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015	2014
Contas a Pagar	139	122
Pessoal e Encargos	81	80
Serviços de Terceiros	32	27
Despesas Gerais	26	15
Retenções a Recolher	16	11
Tributos a Recolher	4	4
TOTAL	159	137

Em R\$ mil

INVESTIMENTOS	2015	2014
Investimentos Imobiliários	2	1
Empréstimos e Financiamentos	5	2
Outras Exigibilidades	75	75
Cobertura de Despesas Administrativas	75	75
TOTAL	82	78

4.5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em R\$ mil

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2015	2014
PREVIDENCIAL	14.621	14.823
Aposentadorias	14.013	14.271
Honorários Advocatícios	49	49
Reserva de Poupança (Expurgos Inflacionários)	559	503
ADMINISTRATIVO	2	2
TOTAL	14.623	14.825

Refere-se à constituição de provisão calculada pela CABEC em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cuja expectativa de perda foi classificada como provável, em relatórios elaborados pelas assessorias jurídicas.

4.6. PATRIMÔNIO SOCIAL

4.6.1. COMPARATIVO DA VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em R\$ mil

RUBRICA	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS (2 + 3)	408.433	367.363	11,18
2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	33.961	38.685	(12,21)
2.1. Valor Presente Atuarial dos Benefícios Futuros	36.112	42.556	(15,14)
2.2. (Valor Presente Atuarial das Contribuições Futuras)	(2.151)	(3.871)	(44,42)
3. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	374.472	328.678	13,93
4. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	317.896	308.479	3,05
RESULTADO (4 – 1)	(90.537)	(58.884)	53,75%

Em relação ao exercício de 2014, a variação monetária do resultado de 2015, de R\$ 31.653 mil (90.537 – 58.884) na direção do aumento do déficit, expressa a insuficiente variação do Patrimônio de Cobertura do Plano que, tendo aumentado R\$9.418 mil, líquido dos pagamentos de benefícios durante o exercício de 2015, no montante de R\$ 34.932 mil, não superou, em quantidade monetária, a elevação das provisões matemáticas, de R\$41.070.

4.6.2. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO BD

Em R\$ mil

RUBRICA	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. Ativo Total	335.786	326.828	2,74
2. Exigível Operacional	(824)	(402)	104,92
3. Exigível Contingencial	(14.623)	(14.825)	(1,37)
4. Fundos	(2.443)	(3.122)	(21,75)
TOTAL	317.896	308.479	3,05

Conforme demonstrado no quadro acima, o Patrimônio de Cobertura do Plano resultou R\$317.896 mil. Em relação à posição de 31/12/2014, dito patrimônio registrou crescimento de 3,05%. Ressalte-se, em desfavor do crescimento patrimonial, o aumento da rubrica do Exigível Operacional, de 104,92%, e favoravelmente, a redução dos saldos das rubricas do Exigível Contingencial e Fundos, de -1,37% e de -21,75%, respectivamente, ressalvado o quantum destes valores, de aumento e de redução, representa do Ativo Total.

4.6.3. RESULTADO ATUARIAL

Confrontado o valor das provisões matemáticas, de R\$ 408.433 mil (R\$ 367.363 mil, em 2014) com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$ 317.896 mil (R\$ 308.478 mil, em 2014) restou apurado déficit técnico acumulado de R\$ 90.537 mil (R\$ 58.884 mil em 2014), cujo equacionamento será efetuado de acordo com o estabelecido na Nota nº 8.1.

5. PREMISSAS BIOMÉTRICAS, DEMOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

Elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano BD, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 09/2012, nº 15/2014 e Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015.

PREMISSAS FINANCEIRAS E ATUARIAIS	2015	2014
Taxa Real Anual de Juros	5,6% a.a.	5,6% a.a.
Rotatividade	0,0%	0,0%
Projeção de Crescimento Real de Salário	0,0%	0,0%
Tábua Atuarial de Mortalidade Geral de Válidos	AT – 2000 M, suavizada em 15%	AT – 2000 M, suavizada em 15%
Tábua Atuarial de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua Atuarial de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled Feminina	CSO 58
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários e dos Benefícios do Plano (¹)	0,975	0,975
Composição da Família de Pensionistas	Família Real	Família Real

Nota: (¹) expressa a perda inflacionária de 5,5% projetada para 2016, prevista para salários e benefícios do plano, na data da avaliação atuarial de 31/12/2015.

A taxa real anual de juros, de 5,6% (cinco inteiros e seis décimos por cento), empregada ao longo de 2015 é líquida de todos os custos, despesas e impostos associados ao investimento aplicado. Referida taxa resultou da demonstração da aderência e adequação da taxa real de juros, realizada com base no disposto no artigo 5º da Instrução PREVIC nº 07/2013, a partir de informações disponibilizadas pela Entidade e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), conforme disciplinado no parágrafo segundo do precitado artigo. Na definição da mencionada taxa real anual de juros foi igualmente observado o intervalo (limite superior e limite inferior) do valor percentual da taxa de juros parâmetro, constante da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), anexo da Portaria nº 197, de 14/04/2015, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

6. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em 2015 a CABEC obteve rentabilidade nominal de 12,76% a.a. (10,62% a.a. em 2014), atingindo 72,87% da meta atuarial que foi de 17,51%, influenciada pelo INPC, do mesmo período, que alcançou 11,28%, o maior dos últimos 13 (treze) anos. A rentabilidade foi afetada desfavoravelmente pela Renda Variável, cujo desempenho mais uma vez, sofreu impacto da crise político-econômica porque passa o país, encerrando 2015 com resultado negativo de 13,32%. Os demais segmentos performaram positivamente: (¹) Renda Fixa, com rentabilidade de 13,69%; (2) Imóveis, que rendeu 15,50%; (3) Empréstimos, que rendeu 21,82%; (4) Investimentos Estruturados, que teve rentabilidade de 15,11%; e (5) Investimentos no Exterior, que rendeu 21,81%.

7. FUNDOS

7.1. FUNDO ADMINISTRATIVO – PGA:

Atualizado com base na taxa média de rentabilidade dos investimentos da CABEC, é revertido pelo valor das despesas de administração da Gestão Previdencial que, a partir de 2010 passaram a ser pagas integralmente com recursos do fundo em questão, conforme autorização do Conselho Deliberativo sustentada por avaliação efetuada pelo atuário do Plano BD.

7.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS:

Representa o Fundo de Quitação por Morte constituído por taxa calculada atuarialmente, cobrada por ocasião da liberação do empréstimo, sendo, ainda, o saldo atualizado monetariamente com base em taxa equivalente à média de rentabilidade dos investimentos da CABEC, e tem por objetivo liquidar o saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do mutuário.

Em R\$ mil

FUNDOS	2015	2014
Administrativo	1.209	2.088
- Fundo Administrativo – PGA	1.209	2.088
Investimentos	1.234	1.034
- Fundo de Quitação por Morte CQM	1.234	1.034
TOTAL	2.443	3.122

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1. DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

De acordo com o artigo 28 (caput) da Resolução MTPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado deve ser elaborado com base na posição de 31/12/2014. Para efeito de equacionamento do déficit técnico acumulado que na referida posição importou em R\$ 58.884 mil, deve ser deduzido o valor do ajuste de precificação dos títulos mantidos até o vencimento, de R\$ 2.734 mil. Dessa forma, o valor do déficit, para fins de equacionamento, é de R\$ 56.150 mil. Por sua vez, o artigo em questão estabelece o valor do limite do déficit técnico, para efeito de não equacionamento, tendo esse limite resultado em R\$ 22.960 mil, de modo que a obrigatoriedade de equacionamento é de R\$ 33.190 mil (58.884 - 2.734 - 22.960). Conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 28 da precitada Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2014 deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CABEC até 31/03/2016, conforme faculta a Portaria PREVIC nº 699/2015.

8.2. APLICAÇÃO NO FUNDO MULTSETORIAL ITÁLIA

De acordo com o acompanhamento do FIDC ITÁLIA efetuado pela Diretoria, em 2015 o FIDC Itália obteve rentabilidade positiva acumulada de 84,23%, fruto de renegociações de contratos até então inadimplidos, com a consequente reversão da respectiva provisão.

Quanto ao fluxo financeiro, registre-se que até dezembro/2015 a CABEC recebeu do FIDC em questão o montante de R\$ 2.180 mil.

8.3. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DAS OFND

Em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, com a confirmação da decisão favorável as Entidades que participaram da referida demanda judicial. Entretanto, a CABEC, embora tenha sido beneficiada da referida decisão, não efetuou qualquer contabilização da espécie, à época, por decisão dos órgãos estatutários. Posteriormente a PREVIC, através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14/10/2011, determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil, ficando a decisão tomada pela CABEC em linha com a determinação do Órgão Fiscalizador.

8.4. MANUTENÇÃO DO PATROCÍNIO

De acordo com o item 5.2, subitem "d" do EDITAL DE VENDA – EDITAL PND nº 2005/001, de 28/07/2005, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do Plano de Benefícios Definido, administrado pela CABEC, é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro/2007. Entretanto, até a conclusão dos trabalhos do Balanço, relativo ao exercício de 2015, não havia qualquer manifestação do patrocinador a respeito do assunto.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2016.

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente
CPF: 140.095.603-04

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro
CPF: 042.833.413-04

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Segurança
CPF: 167.574.753-91

Isaac Lopes de Menezes Almeida
Contador - CRC-CE 6.298
CPF: 032.759.223-00

PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2015

Ref. VESTING-Cabec-2016/04
Fortaleza-CE, 09 de fevereiro de 2016

PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2015 – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (PLANO BD) DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2015.

2. As provisões matemáticas do plano de benefícios da CABEC, em 31/12/2015, somaram R\$408.432.528,76 (quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos). Confrontadas com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$317.895.747,84 (trezentos e dezessete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), restou verificado déficit técnico, de R\$90.536.780,92 (noventa milhões, quinhentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta reais e noventa e dois centavos), valor este correspondente a 22,17% das provisões matemáticas.

3. O cadastro foi considerado consistente e satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).

4. No decorrer de 2015 foi mantida nos cálculos mensais das provisões matemáticas a taxa real anual de juros de 5,6% (cinco inteiro e seis décimos por cento), enquanto que, no mesmo período, a variação do INPC alcançou 11,28%, de forma que a meta atuarial – composição da taxa real anual de juros com a variação anual do INPC – correspondeu a 17,51% (dezessete inteiros e cinquenta e um centésimos por cento). A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 12,76% (doze inteiros e setenta e seis centésimos por cento), neste caso tendo correspondido a 72,87% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 12,76% e da inflação de 11,28%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 1,33% em 2015.

5. A manutenção da taxa real anual de juros, que vigorou em 2015, resultou da demonstração da sua aderência e adequação mediante estudo técnico elaborado com observância às disposições do artigo 5º da Instrução PREVIC nº 7, de 12/12/2013. Para tanto, foi observada a duração (duration) do passivo do plano de benefícios, em 31/12/2014, conforme dispõe a norma, de 10,3 (dez inteiros e três décimos) anos, e considerada a taxa de juros parâmetro estabelecida na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ), conforme Portaria PREVIC nº 197, de 14/04/2015, cujo resultado é de 5,27% ao ano para o valor tabelado de 10,5 (dez e meio) anos, de modo que a taxa de juros recomendada para ser utilizada na avaliação de 31/12/2015 deveria estar contida no intervalo de 3,69% ao ano (limite inferior) e 5,67% ao ano (limite superior). Por sua vez, o resultado médio das projeções de rentabilidades reais anuais esperadas, de 5,80%, extrapola o valor do limite superior do intervalo, de forma que poderia ser adotado qualquer valor percentual dentro do mencionado intervalo. Para a avaliação de 31/12/2015 foi recomendada e aprovada a taxa de juros real de 5,6% (cinco inteiros e seis décimos por cento) ao ano, mantendo-se, dessa forma, a mesma taxa de juros real utilizada na avaliação de 31/12/2014, pois dito percentual situou-se apenas 0,07% inferior ao valor do limite superior permitido do intervalo da taxa de juros parâmetro correspondente para a expectativa de retorno da carteira de investimentos atual.

6. Os rendimentos dos investimentos do Plano BD, tendo alcançado, em 2015, 72,87% da meta atuarial de 17,51%, não reverteram a situação de déficit atuarial, que também fora apurado na avaliação de 31/12/2014. Dita situação reflete, sobretudo, a conjuntura econômica que, repetindo o ano anterior, apresentou baixo retorno, notadamente para aplicações financeiras de planos de benefícios em estágio de maturidade, situação do Plano BD da CABEC, para as quais devem ser privilegiados investimentos de baixo risco e de alta liquidez. O resultado de déficit técnico acumulado, de R\$90,5 milhões em 31/12/2015, elevando em R\$31,6 milhões o resultado igualmente deficitário quantificado em 31/12/2014, de R\$58,9 milhões, é justificado pelas razões abaixo alinhadas:

- a. Rentabilidade real dos investimentos em 2015, de 1,33% no ano, abaixo da taxa real de juros, de 5,6% ao ano empregada ao longo do ano de 2015;
- b. Ter sido postergada a revisão do Plano de Custeio, especificamente para implantação de Plano de Equacionamento de Déficit Técnico Acumulado, objetivando equacionamento do déficit atuarial acumulado em 31/12/2014, mediante decisão do Conselho Deliberativo da CABEC, de 29/12/2015, com base na Portaria PREVIC nº 699, de 22/12/2015, e, por conseguinte, a manutenção do atual Plano de Custeio;
- c. Por impactos atuariais quantificados em 2015, de natureza estrutural (mudança de premissa biométrica) e corretivas (em alguns parâmetros relacionados à apuração das provisões matemáticas), que somaram, aproximadamente, R\$10 milhões ao valor das provisões matemáticas de Dez/2015 em comparação àquelas quantificadas em Nov/2015; e
- d. Em menor escala pelas discrepâncias entre valores observados e valores estimados das premissas biométricas.

7. Em que pese a situação de déficit atuarial em 31/12/2015, assim apontado pela insuficiência dos haveres patrimoniais frente às obrigações do Plano BD para com o pagamento de benefícios a todos os seus integrantes, considerada a extensão temporal prevista pelas tábuas atuariais, encontra-se assegurado o equilíbrio financeiro do Plano BD, uma vez que o fluxo (líquido) de recebimento de contribuição e de pagamento de benefícios projetado para 2016 está integralmente lastreado pelos investimentos de liquidez imediata, conforme atestado em estudo técnico com este objetivo.

8. Tendo em vista a apresentação de déficit técnico por 3 (três) anos consecutivos, faz-se necessário o equacionamento do déficit atuarial apurado em 31/12/2014 mediante a aprovação e a implantação de Plano de Equacionamento de Déficit Acumulado, conforme disposto parágrafo 1º do art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com a alteração dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, podendo, referida aprovação, ser feita até 31/03/2016 face a faculdade permitida pela Portaria PREVIC nº 699, de 22/12/2015, respaldada na constatação de que o Plano BD encontra-se financeiramente solvente para honrar seus compromissos em 2016.

9. Enquanto não for implantado plano de equacionamento de déficit técnico acumulado, seguindo o disposto na legislação acima anotada, recomenda-se a manutenção do Plano de Custeio praticado em 2015, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro nº 1, atualizada para 2016 na forma estabelecida no Regulamento.

QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2015

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)		PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR (EM R\$)	
-	a	2.298,77	3%	-
2.298,78	a	4.597,53	5%	45,98
4.597,54	a	13.793,79	11%	321,83

Nota: Valor de referência do plano de benefícios: R\$ 4.597,53.

10. Por último, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CABEC, concluímos que na posição de 31/12/2015 o plano de benefícios da CABEC encontrava-se atuarialmente desequilibrado.

Este é o nosso parecer.

Vicente Aderson Paz Sales
Atuário – MIBA 1.155

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2016.

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores, Participantes e Assistidos da
CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações contábeis da CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfases

1) De acordo com as notas explicativas 4.6.3 e 8.1, no exercício de 2015 o plano de benefício da CABEC apresentou déficit atuarial acumulado de R\$ 90.537 mil. Conforme artigo 28 (caput) e parágrafo 1º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, com as alterações dadas pela MTPS/CNPC nº 22/2015, o Plano de equacionamento do referido déficit deve ser elaborado com base na posição de 31/dez./14 e aprovado pelo Conselho Deliberativo dessa entidade. Conforme faculta a Portaria Previc nº 699/2015, tal procedimento deve ser atendido até 31/mar./16.

2) Conforme descrito na nota explicativa 8.3, em 2010, a ação coletiva movida pela ABRAPP visando à recuperação dos expurgos inflacionários relacionados às obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) transitou em julgado, sendo a decisão favorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Entretanto, esta entidade embora tenha sido beneficiada pela referida decisão não efetuou contabilização a este título, por decisão dos órgãos estatutários, bem como em atendimento à determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através do Ofício nº 4627/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14/out./11, no qual determinou que as EFPC, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado nenhum registro contábil.

3) De acordo com a nota explicativa 8.4 e ainda conforme o item 5.2, subitem "d" do Edital de Venda – EDITAL PND N° 2005/001, de 28/jul./05, a responsabilidade da manutenção de patrocínio do plano de benefícios definido administrado pela CABEC - CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC é de 24 meses, tendo esse prazo se encerrado em dezembro de 2007. Entretanto, até a presente data não houve qualquer manifestação do patrocinador sobre este assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados com emissão de relatório datado de 09 de fevereiro de 2015, sem qualquer modificação de opinião e com parágrafos de ênfases quanto aos mesmos assuntos descritos nos parágrafos de ênfases "1", "2" e "3" deste relatório.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/O-2 F-CE
Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-CE

MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015.

A Diretoria Executiva da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 337, realizada em 25 de fevereiro 2016, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, declara a regularidade de suas contas para manifestação do Conselho Deliberativo, com base no Balanço Patrimonial Consolidado; na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (Consolidada); na Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidada); na Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (Plano BD); na Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (Plano BD); na Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD); nas Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2015, tudo comparativamente ao ano anterior e relativo ao Plano BD,  nico Plano de Benefícios Previdencial administrado pela CABEC, no Pareceres emitidos pela Vesting Consultoria Financeira e Atuarial e pelo Conselho Fiscal, bem como no Relatório dos auditores independentes emitido pela Audilink & Cia Auditores. Cabe destacar, do resultado apresentado, o déficit técnico acumulado de R\$ 90,5 milhões. Em razão dessa situação deficitária, torna-se necessária a aprovação e implantação de Plano de Equacionamento do Déficit Acumulado em 31/12/2014, conforme disposto no parágrafo primeiro do art. 28 da Resolução MPS/CGPC n  26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC n  22/2015, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo até 31/03/2016, conforme dispõe a Portaria PREVIC n  699, de 22/12/2015.

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2016.

Elisabeth Maria Moreira Lima Porto
Diretora Adm. e de Seguridade

Francisco Luiz Fernandes
Diretor Financeiro

Sandra Maria Nery Araújo
Diretora Superintendente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CABEC – CAIXA DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVO AO ENCERRAMENTO DO
EXERCÍCIO DE 2015.

Este Conselho aprova o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e a prestação de contas da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2015, à vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Entidade, bem como baseado no Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Audilink & Cia., e no Parecer Atuarial emitido pela Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, enfatizando-se que todos os fatos merecedores de registro estão devidamente consignados nas Atas das reuniões deste Colegiado. Destaque-se do resultado apresentado, déficit técnico acumulado de R\$ 90,5 milhões. Em razão da situação deficitária do plano de benefícios, torna-se necessária a aprovação e implantação de Plano de Equacionamento do Déficit Acumulado em 31/12/2014, conforme disposto no parágrafo primeiro do art. 28 da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo até 31/03/2016, conforme dispõe a Portaria PREVIC nº 699, de 22/12/2015.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2016.

Dorival de Oliveira Arrais Junior
Conselheiro

João Herty Lima Silva
Conselheiro

Maria Nailma Marques Pereira
Presidente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC, RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Deliberativo da CABEC – Caixa de Previdência Privada BEC, em sua Reunião nº 404, realizada em 18 de março de 2016, dando cumprimento a suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidado) comparativa com o exercício anterior; a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; a Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano BD comparativa com o exercício anterior; a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano BD comparativa com o exercício anterior; a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT do Plano BD, comparativa com o exercício anterior, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas e o relatório dos atos e das contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício encerrado em 31/12/2015, levando em conta a avaliação atuarial do plano de benefício administrado pela CABEC e o parecer atuarial, realizados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, o relatório dos auditores independentes AUDILINK & CIA. AUDITORES, o parecer do Conselho Fiscal da CABEC e a Manifestação da Diretoria Executiva, deliberou por aprovar os atos e contas relativos ao exercício encerrado em 31/12/2015. Destaque-se do resultado apresentado déficit técnico acumulado de R\$ 90,5 milhões. Em razão da situação deficitária do Plano BD ter se configurado pelo segundo ano consecutivo, torna-se necessária a aprovação e implantação de Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado, na posição em 31/12/2014. Registre-se que a PREVIC editou novas normas sobre o assunto, tais como a Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015 - que, dentre outras alterações, cria fórmula para encontrar o limite de déficit técnico acumulado e adota novo prazo para o fluxo de pagamento - e a Portaria PREVIC nº 699 de 22/12/2015 que, em caráter excepcional, prorroga o prazo para elaboração e aprovação do plano de equacionamento do déficit referente ao exercício de 2014 para até 31/03/2016. Dessa forma, fica o Plano de Equacionamento do déficit atuarial, referente ao exercício de 2014, prorrogado para o final do primeiro trimestre de 2016.

Fortaleza, 18 de março de 2016.

Maurilísio Nepomuceno de Araujo
Presidente

Francisco Ilídio Moreira Silva
Conselheiro

Carlos Eduardo Fernandes Sousa
Conselheiro

Ivan Sabóia de Sena
Conselheiro

Francisca Marcos de Abreu
Conselheiro

PATROCINADORES

BANCO BRADESCO S.A.
CNPJ 60.746.948.0001-12

CABEC – CAIXA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA BEC
CNPJ 07.083.033/0001-91

CONSELHO DELIBERATIVO

Maurilísio Nepomuceno de Araújo – Presidente
Francisco Ilídio Moreira Silva
Carlos Eduardo Fernandes Sousa
Ivan Sabóia de Sena
Francisca Marcos de Abreu
Carlos Armando Holanda Siebra (Suplente)
Rosanne Viana de Carvalho (Suplente)
Ricardo Antonio Machado Barata (Suplente)
Francisco Aristides Câmara Ferreira de Medeiros (Suplente)
Antonio Carlos Vilar (Suplente)

CONSELHO FISCAL

Maria Nailma Marques Pereira – Presidente
Dorival de Oliveira Arrais Junior
João Herty Lima Silva
Ilana Maria Maciel Goes Coelho (Suplente)
Sergio Jorge Gondim (Suplente)
Francisco Nogueira Lima (Suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA

Sandra Maria Nery Araújo – Diretora Superintendente
Francisco Luiz Fernandes – Diretor Financeiro
Elisabeth Maria Moreira Lima Porto – Diretora Administrativa e de Seguridade

RELATÓRIO ANUAL 2015



Av. Barão de Studart, 2360, Sala 06 - Ed. Torre Empresarial Quixadá
Joaquim Távora - 60120-002 - Fortaleza, CE
www.cabec.com.br - Tel: 85 3205.6450 - Fax: 85 3205.6468